

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.

ATA Nº 11

PRESIDENTE – DEPUTADO LÚDIO CABRAL.

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Boa tarde a todas as pessoas presentes no auditório Licínio Monteiro, para nossa Audiência Pública, que irá debater os impactos dos agrotóxicos na vida do nosso Estado de Mato Grosso. Dizer que Audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia e também por meio das nossas redes sociais, porque há pessoas em outros municípios, inclusive turma de faculdade, de escolas acompanhando a audiência de hoje.

Partindo para as formalidades, invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública por mim requerida com o objetivo de discutir os impactos dos agrotóxicos em Mato Grosso.

Quero convidar para compor nossa mesa de honra os palestrantes desta audiência. Em primeiro lugar, quero convidar o professor Dr. Wanderlei Antônio Pignati, professor e pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso (PALMAS), agradecer a presença Pignati, foi meu professor algumas décadas atrás. Convidar Rafael Mondego Figueiredo, Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, muito bem-vindo, muito obrigado pela presença (PALMAS); convidar o Dr. Daniel Balan Zappia, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Município de Diamantino, muito bem vindo, Dr. Daniel, muito obrigado pela presença (PALMAS); convidar a engenheira agrônoma, da FASE e representante da campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida...s/DMM

0404au02.dmm

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) -...Engenheira Agrônoma da FASE e representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, Franciléia Paula de Castro (PALMAS).

Composta nossa mesa, convido a todos para que em posição de respeito cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL É CANTADO)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Registro a presença do Vereador Pedro Alexandre Alves, do Município de Ipiranga do Norte; a presença da psicóloga Luciana Gomes de Souza, representando Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde; a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

presença do Secretário Executivo do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento-FORMAD, nosso companheiro Herman Oliveira.

Herman, eu quero convidá-lo para vir para a mesa também, para acompanhar o debate. Registro ainda a presença do Xisto Bueno, neste ato representando o Fórum Agro de Mato Grosso. Não sei se o Xisto ainda está aí? A presença do Tseredzaro, Liderança Xavante, representando a Associação Xavante Warã, e o convido a vir para a mesa também; a presença do companheiro Nério Gomes de Souza...

...S/TAN

0404au03.tan

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - ... registrar a presença de Nério Gomes de Souza, neste ato representando a ARPA- Associação Regional de Produtores Agro ecológicos, Sr. Ederson de Almeida Matos, Assessor a Juíza Selma Arruda, Sr^a Sandra Maria Neto, Secretária representando a sociedade fé e vida da Cidade de Cáceres. Oi Sandra, bom te ver novamente, essa semana estivemos juntos lá em Cáceres, num debate da previdência; Sr^a Fátima Aparecida (Cidinha) - Coordenadora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional –FASE. Registrar a presença do Sr. Nilton José Macedo, Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Mato Grosso.

Nilton, te convido a vir a mesa também. Cida, vem para a mesa, que assim, tem homem demais nessa mesa, precisamos de mais mulher aqui, vem cá, corre aqui, nos socorre.(RISOS) Major Cleber - Reserva da PM de Mato Grosso; Renan Tomazeli - Coordenador de Defesa Sanitária Vegetal, neste ato representando o INDEA. Cadê o Renan? Convidar o Renan para a mesa também; Sr^a Paula Cristina Moraes Rocha, Secretária Executiva, neste ato representando o Conselho Estadual das Associações das Revendas de Produtos Agropecuários - CEARPA MT; Sr^a Luiza Rodrigues, neste ato representando a Associação dos Remanescentes de Quilombolas; Natália Vilar - Coordenadora do Conselho Indigenista Missionário; Sr^a Rosangela Gomes Souto, representando o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias-INPEV; Sr. Júlio César Barbosa, neste ato representando o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra; **Nataricua, espero ter pronunciado corretamente; Liderança dos Ene nauê**, etnia lá das bandas do Juruena. Boas lembranças, do meu tempo de saúde indígena, minha primeira viagem a aldeias indígenas foi para a aldeia **Enauenê**. Gostaríamos de agradecer a presença dos servidores da SEMA que estão aqui.

Acho que todos nós percebemos a representatividade na Audiência, a princípio nós iríamos fazer uma atividade mais simples, que era a atividade de um programa que temos em nosso mandato chama-se rodas da cidadania, para debater a temática dos agrotóxicos e a partir dela buscar subsídio, conteúdo para utilização da caixa de ferramentas, que é o mandato Parlamentar, mas eu fiquei impressionado, positivamente, pelo acolhimento ao debate desse tema que nós encontramos por todo canto, onde a notícia da Audiência Pública chegou a uma carência impressionante...

...s/cms...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0404au004.cms

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – ...notícia da Audiência Pública chegou, há uma carência impressionante por debate desta temática que envolve diretamente a todos nós, a vida de cada um e de cada uma de nós, no contato direto com as pessoas, nas redes sociais. O convite, recebi encaminhado de várias pessoas, aí acabamos por oficializar um Requerimento de Audiência Pública, para que pudéssemos registrar e difundir pela *TV Assembleia*, para todo o Estado o conteúdo do debate que aqui faremos, ainda mantendo essa perspectiva de orientar a atuação do nosso mandato na Assembleia Legislativa diante desse tema de tamanha importância.

Procurarei ser bastante sintético. Quando debatemos agrotóxico, temos condições de discutir o modelo de desenvolvimento econômico que o nosso Estado adota, o que queremos e o que sonhamos.

Temos condições de discutir o nosso sistema tributário, as contradições e as injustiças constantes no nosso sistema tributário. Temos condições de debater toda pauta ambiental, da defesa do patrimônio natural do nosso Estado, as nossas águas e a vida dos ecossistemas que temos em Mato Grosso. E condições de debater a situação de saúde da população de todo nosso Estado.

Portanto, é um tema transversal que permeia várias políticas públicas que serão objetos da nossa atuação no Parlamento.

Organizamos a Audiência Pública da seguinte forma: primeiro, ouvir os quatro palestrantes para que eles possam levantar os temas para o debate. Aí vamos conceder vinte minutos, como tempo, para que cada palestrante faça sua fala. Depois nós abriremos para a fala de todos os presentes que quiserem se pronunciar. Portanto, teremos as quatro falas iniciais, depois o espaço aberto para que todas as pessoas que queiram falar, se pronunciar, contribuir para o debate, possam se inscrever. Nessa etapa abriremos de três a cinco minutos, dependerá do volume de inscrições para irmos reunindo todas as contribuições possíveis...

...s/cac...

0404au05.cac

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - ... todas as contribuições possíveis para o nosso debate. Caminhando tudo tranquilamente, até no máximo às 17h nós encerrarmos a audiência pública com encaminhamentos objetivos, concretos para a nossa luta e a nossa atuação.

Vou iniciar, não sei se está resolvida a questão técnica do computador, vamos começar com o Professor Wanderlei Pignati, depois abriremos a palavra ao Dr. Rafael, depois Dr. Daniel e por fim a Sr^a Fran. Combinado?

Eu vou fazer uma inversão, enquanto vocês...

(AGUARDANDO AJUSTES DO DATASHOW)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Está combinado pela Mesa que começaremos com o Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO – Boa tarde a todos! Para quem não me conhece, creio que a maioria não me conheça, eu sou Rafael Mondego Figueiredo, sou Procurador do Trabalho, estou em Mato Grosso acerca de 3 anos e no início desse ano assumi a chefia do Ministério Público do Trabalho no Estado. Depois do Dr. Marcel Bianchini ter passado por dois anos na chefia da instituição, eu assumi agora esse encargo. No ano passado, inclusive, o Dr. Marcel era coordenador do Fórum na condição de representante do Ministério Público do Trabalho e cá estou eu aqui, hoje. Vou continuar dando apoio ao Fórum, no caso, a coordenação deverá passar a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

partir, creio que em alguns dias para o Dr. Bruno Shayuri, Procurador do Trabalho e é nosso Coordenador Regional, que trabalha com questões referentes a ambientes...

s/tmr

0404AU06.TMR

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO - ... Coordenador Regional, que trabalha com questões referentes a ambiente de trabalho.

Primeiramente, eu peço vênha por eventuais deslizes da minha parte, assim como muitos, eu estou entrando em maior contato com a temática dos agrotóxicos recentemente. Tive uma reunião recente com o Professor Jackon, da UFMT, e Professora Leda é muito envolvida com essa tematia, já tem algum tempo que ela cedia a Leda para ajudar o Marcel para tratar tudo isso. E aqui estou eu para tentar contribuir da forma que possa aumentar o debate da forma da questão.

Senhores, é engraçado eu não sei se todos sabem para que serve o Ministério Público do Trabalho. As pessoas confundem com o Ministério do Trabalho, com Justiça do Trabalho. O que é o Ministério Público Trabalho.

Primeiramente, Ministério do Trabalho é parte do Poder Executivo. Que hoje dia era... Hoje foi substituído pelo Ministério da Economia e aqui no Estado temos a Superintendência Regional do Trabalho, que trabalha com questões referentes a autuações, fiscalização.

Nós, do Ministério Público do Trabalho, somos parte do Ministério Público da União, que é parte do Ministério Público brasileiro.

O Ministério Público da União que tem sua chefe maior a Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, envolve o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e territórios e o Ministério Público Militar. Então, somos um braço do Ministério Público da União.

E o que o Ministério Público do Trabalho faz?

Nós, basicamente, tratamos de zelar pelo cumprimento de normas trabalhistas, nos metemos entre aspas em questões que envolve o interesse de muitas pessoas. Ou seja, exatamente na questão referentes aos agrotóxicos nós tratamos de meio ambiente de trabalho.

O que é meio ambiente de trabalho? É aquele local onde você presta as suas laborais. Ambiente de trabalho muitas vezes é equivocadamente entendido como esse ambiente que aqui estamos. Seria exemplo de meio ambiente de trabalho dos servidores da Assembleia Legislativa. Tudo envolve questão de tratamento de pessoas.

Então, o Ministério Público de Trabalho nós mexemos, por exemplo, com questão relacionadas às discriminação, assédio moral. E vocês já devem ter ouvido falar também em questões relacionadas a escravo. Aqui no Mato Grosso nós somos um dos maiores índices infelizmente de trabalho escravo no Brasil e é um forte alvo de atuação do Ministério Público do Trabalho.

NO que se refere ao ambiente de trabalho, uma das metas prioritárias do Ministério Público do Trabalho é a defesa desse ambiente. Inclusive com fundamento no Art. 225 da Constituição Federal e no Art. 200, Inciso VIII da Constituição Federal que prevê o meio ambiente de trabalho como integrante desse ambiente como um todo.

Hoje inclusive estamos no dia 04 de abril, não é isso senhores, .../drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0404au07.drm

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO-...hoje inclusive, 04 de abril, estou meio perdido, estamos no Abril Verde, que um mês para o Ministério Público do trabalho é muito caro, porque é um mês que celebramos o dia mundial em memória as vítimas de acidentes de trabalho, dia 28 de abril, inclusive em razão disso, eu trouxe uns kits para distribuir aos ilustríssimos colegas da mesa. A qual inclusivo comprimento em principio porque esqueci. É justamente para memorar essa questão relacionada ao ambiente de trabalho.

No Brasil de acordo com os nossos dados do Ministério do Trabalho, temos de 2012 até 2017, cerca de 15 mil vítimas fatais, em questões relacionados ao ambiente de trabalho. Então, vemos que é uma questão sensível, merece ser debatida.

O que o Ministério público do Trabalho, tem haver com fórum de agrotóxicos. Em nível nacional, temos o Dr. Pedro Serafim, que é coordenador do Fórum Nacional de combate ao uso de agrotóxico, inclui órgãos como o Ministério Público Federal na sua composição.

E aqui no estado temos o fórum estadual, que hoje é coordenado por mim, mas posteriormente vai passar para o Dr. Bruno Choairy.

Aqui no Estado, contamos com a participação de órgãos parceiros, como a Universidade Federal do Mato Grosso, eu diria que é nossa parceira mor, porque sem ela alguns resultados de altíssima relevância não estariam sendo produzidos até então.

Nós temos o Ministério Público do Estado, que aqui está representado, pelo Dr. Daniel, temos o Ministério Público Federal, temos vários órgãos aqui envolvidos, na temática, então, não vou citar para não cansa-los.

O objetivo do fórum é justamente discutir, essa temática, tratar da temática, fomentar o debate, tanto que nas reuniões do fórum, a próxima inclusive está agendada para dia 30 de abril deste ano, às 09h no Ministério Público do Trabalho. O objetivo do trabalho é discutir, e tratar da temática com certa tranquilidade, inclusive abrindo parte, abrindo palavras para os produtores. Por exemplo, reunião passada tivemos a presença de sindicalistas, representantes de produtores rurais, o que para nós é muito relevante, porque é bom não pregarmos para convertidos, digamos assim, temos que de fato espalhar a mensagem para que todos estejam cientes da necessidade de utilizar, os agrotóxicos de forma consciente, minimizar ao máximo sua utilização, de modo a evitar os impactos negativos. Tanto do meio ambiente do trabalho como num ambiente como um todo.

A motivação principal para criação do fórum de agrotóxico, foi justamente a desinformação a cerca do tema, uma subnotificação que verificou, ou seja, os casos de intoxicação referente aos agrotóxicos...s/dmm

0404au08.dmm

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO -... os casos de intoxicação referente aos agrotóxicos que não eram registrados, segundo a OMS, apenas um em cada cinquenta casos de intoxicação são noticiados. Ou seja, você tem a margem do nosso controle uma gama absurda de casos.

Então, se hoje nós falamos, como eu ouvi no cafezinho ali na frente, que cerca de 7,3 litros de agrotóxico são consumidos em tese por pessoa, por ano, no caso, no Brasil, isso poderia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ser bem mais, isso são estimativas. Inclusive no Mato Grosso, segundo estimativas, esse nível é muito superior.

Eu vou pegar aqui, para não errar os dados, no Mato Grosso essa quantidade de agrotóxico utilizado chega a 64,2 litros de veneno por ano por habitante. Então, nós temos uma elevação enorme considerando com a realidade nacional.

Por que isso acontece, senhores? Nós sabemos todos que Mato Grosso é o maior produtor de grãos do Brasil. Nós somos os maiores produtores de soja, de algodão, e por aí vai, naturalmente que para aumentar a produção, infelizmente se aplica uma quantidade enorme de agrotóxico para sustentar essa produção, essa exportação, só que nem tudo se justifica. Nós devemos tratar com muito cuidado essa questão.

Segundo dados que foram apresentados, o agrotóxico tem envolvimento direto com desenvolvimento de câncer. As pesquisas já apontam isso. Inclusive uma das nossas primeiras atividades, no caso do Fórum, foi apoiar um projeto da UFMT, coordenado pelo Dr. Pignati, aplicando, salvo engano, o valor de um milhão de reais. O Ministério Público do Trabalho, caso vocês não saibam, ele trabalha com a destinação de recursos obtidos em suas atuações, ações civis públicas em Termo de Ajuste de Conduta e julgamos relevante essa destinação para a Universidade Federal de Mato Grosso.

O NEAST, que é o Núcleo Especializado em Segurança do Trabalho, não é isso, Professor? Lá da UFMT, elaborou um estudo, digamos assim, que chega a ser chocante, analisando a contaminação ocupacional ambiental em alimentos por agrotóxicos na bacia de Juruema, aqui no Estado, foi verificado que havia alarmantes dados de contaminação na água; havia resquício de agrotóxicos no sangue e na urina de professores da área urbana e rural de três municípios que foram pesquisados. No caso, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio e Sapezal. Daí ficamos com o sinal de alerta...

...S/TAN

0404au09.tan

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO -...Então daí, nós, ficamos com o sinal de alerta ligado, porque não é razoável que nós continuemos a permitir uma utilização discriminada.

Recentemente me reuni com representantes do setor produtivo e até, digamos assim, gostei da intenção que eles externaram a mim, eles estão interessados, de fato, em tomar todo o cuidado na aplicação desses produtos. Claro que eles indicam, eles defendem que sejam trazidos novos produtos, novos defensivos agrícolas para o Brasil e alegam que é possível a aplicação, mas a aplicação tem que se dar de acordo com os parâmetros básicos, ou seja, você não pode exagerar; disseram que os menores produtores, a economia familiar e por ai vai, são as pessoas que teriam menos informação, seriam responsáveis também por esse problema, porque aplicariam de forma indiscriminada esses agrotóxicos, mas é uma coisa que também temos que avaliar, não porque você verifica justamente que numa região desta, como a bacia de Juruena, se ter esse tipo de resultado, não é professor Jacson? Você já fica, no mínimo, muito preocupado, porque é uma região de produção agrícola muito forte e não é possível que tão somente os pequenos produtores sejam responsáveis por tudo isso, então, você tem que tomar muito cuidado. Mas agradeou o Ministério Público essa disposição da classe produtora, diga-se de passagem, de contribuir para o debate, inclusive na aplicação de técnicas alternativas para o combate de pragas, não é?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Nós defendemos, inclusive firmamos no Ministério Público do trabalho, recentemente, um convênio com o IFMT voltado para a implantação do centro vocacional tecnológico de agroecologia e produção orgânica do serrado, que fica lá no Campus São Vicente. E o que nós pretendemos com isso? Fomentar, de fato, alternativas que não agridem o ambiente, nem os trabalhadores de produção, sem o uso de pesticidas agrícolas. É um estudo que tem que ser fomentado pelo Ministério Público e por toda a sociedade em geral e é uma iniciativa louvável do IFMT.

Questões alternativas, por exemplo: utilização de agentes biológicos, não sei, mas deve se pensar, ou seja, o que não se pode é admitir que essa situação se perdue.

Uma coisa interessante que podemos verificar, é relacionado ao Projeto de Lei Nº 6299/2002, que altera de forma substancialmente a lei de agrotóxico no país. Esse projeto de lei, que muitos chamam: “Pacote do Veneno”, que deve ser tratado com um certo cuidado em nível Federal...

...s/cms...

0404au010.cms

O SR.RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO – ... chamam de “Pacote do Veneno”, que deve ser tratado com um certo cuidado em nível federal, o que ele faz? Ele altera o termo agrotóxico, passa a denominar essas substâncias como defensivos fitossanitários. Então, esse é o ponto um. Ou seja, você minimiza o seu medo, a questão mesmo é psicológica, você reduziu o medo que as pessoas têm desse tipo de substância.

Outra questão interessante, é que esse projeto de lei retira funções regulatórias da ANVISA e do IBAMA, concentrando todo processo de aprovação do registro de agrotóxicos no Ministério da Agricultura. Ou seja, você acaba fragilizando um importante instrumento de identificação de riscos a saúde ao meio ambiente, porque a ANVISA e o IBAMA tem o know how para atuar nessa matéria.

Então, você acaba por concentrar tudo no Ministério da Agricultura que por outro lado, também tem interesse dos grandes produtores rurais. Inclusive, foi debatido no início do atual governo federal, essa questão de acabar com o Ministério do Meio Ambiente, concentrar tudo no Ministério da Cultura. É justamente por isso, porque são interesses antagônicos, são interesses diferentes. Não é, senhores?

Eu acredito que, de fato, cada um tem que ficar no seu quadrado, é claro que devem conversar, mas, a meu ver, como membro do Ministério Público, não tenho como crer que o Ministério da Agricultura, infelizmente, vá promover o mesmo trabalho que promoveria o Ministério do Meio Ambiente, são alvos diferenciados, digamos assim, o foco de cada um é diferente.

Inclusive, a par dessa situação da legislação nova que está se criando, temos outra situação interessante, ultimamente os registros de agrotóxicos estão só aumentando no Brasil. Em 2005, foram 91 registros; em 2015, foram 139 registros; em 2018, foram 450 registros; em 2019, segundo levantamento da minha ilustríssima assessora, até 04 de março de 2019, tinham sido registrados 74 tipos de substâncias! Ou seja, era praticamente um agrotóxico por dia!

Já estou sendo atualizado, já chegamos aos 121. Então, senhores, é uma coisa que, de fato, temos que tomar cuidado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Outro fato interessante, várias substâncias que são aprovadas no Brasil, são rechaçadas na União Europeia...

...s/cac...

0404au11.cac

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO – ... aprovadas no Brasil são rechaçadas na União Europeia. Então digam: “Por que no Brasil pode utilizar se o europeu não deixa?” O meu corpo é igual a de um europeu, o de vocês certamente também. Então, se a União Europeia tem esse interesse em defender a saúde dos seus habitantes e por que no Brasil não podemos adotar essa mesma sistemática? É uma questão que de fato fomenta um debate, estimula um debate entre nós.

Com eu disse há pouco, o Fórum de Agrotóxicos ele busca conscientizar e ele busca produzir estudos científicos. Nós temos aqui um estudo da Bacia de Juruena, um estudo fantástico! Eu, no ano passado compareci a uma apresentação de alguns resultados e agora, o Ministério Público do trabalho está articulando outro movimento nesse mesmo sentido, Deputado e Mesa, nós estamos prestes a firmar o termo de cooperação técnica com a UFMT para que seja produzido um estudo chamado saúde e trabalho, promoção de territórios saudáveis e sustentáveis nas cadeias produtivas do agrotóxico em Mato Grosso. Tive uma conversa esse ano com o Professor Dr. Jackson, é um projeto que nos inspira, por quê? Porque busca justamente fazer o link, pode me corrigir, doutor, se eu estiver errado, entre agrotóxicos e câncer. O que algumas entidades já vem comprovando ao redor do mundo, nós pretendemos comprovar aqui, em Mato Grosso. Para que isso? Nós, como defensores da ordem jurídica, não podemos esquecer nunca que o ser humano está na base de tudo. O Ministério Público do Trabalho ele trabalha na ótica do trabalhador, nós aplicamos inclusive as normas regulamentares juntamente com a Superintendência Regional do Trabalho mas temos também aqui o colega do Ministério Público do Estado que trabalha de fato com questões ambientais, inclusive, um outro Promotor de Justiça me procurou recentemente, também do interior, buscando informações sobre esse estudo da UFMT justamente para subsidiar uma situação. Assim que for divulgado o resultado do estudo, a região ficou alarmada! E o Ministério Público do Estado a quem digamos assim, cujo os colegas eu parableno neste evento não estão medindo esforços para trabalhar...

s/tmr

0404au12.tmr

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO - eu parableno neste evento não estão medindo esforços para trabalhar nessa questão.

O Ministério Público do Trabalho investiga essas matérias quando relacionadas a uma circunstância envolvendo a prestação de serviço para alguém. Nós recebemos u uma denuncia da aplicação irregular de substâncias de agrotóxicos numa lavaura “x” coordenada por uma empresa “y”. nós verificamos de fato se isso houve. O que nós fazemos? Instauramos inquérito civil. Esse inquérito civil, uma vez apurada a veracidade da irregularidade propomos a assinatura de um termo de conduta ou ajuizamos a ação civil pública para forçar uma regulamentação. Justamente a partir daí que obtemos verbas para financiar esse tipo de projeto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Ou seja, o Ministério Público do Trabalho busca, através da sua atuação, resultados não só que venham a reprimir eventuais abusos ou irregularidades praticadas, mas também dá um retorno à sociedade do seu trabalho. Isso é muito importante.

De que adiante nós pegarmos as condenações e jogarmos numa vala comum que você não saber nem sequer como será administrado. Esse dinheiro pode ser desviado. Mas nessas ações que quero registrar que foi de grande relevância é muito importante aplicar essa verba, por quê? Porque você vê um retorno.

O que seria, digamos, de um futuro, vamos pensar assim. Trabalhamos com dados abstratos muitas vezes, mas hoje temos dados concretos, nós temos o espelho do Mato Grosso e queremos ampliar esse espelho para abrir olhos da população, para abrir os olhos dos produtores, para abrir os olhos dos trabalhadores, para abrir os olhos dos legisladores.

Todos nós sabemos que a competência para legislar sobre matérias sobre ambientes é concorrente. Claro, a União edita normas federais, mas o estado edita normas específicas. Então, parabêniso aqui, de público, o Deputado Lúdio Cabral por essa oportunidade, porque a discussão é fundamental. Nós temos que ter uma ação repressiva, é fato, nós temos que ter uma ação promocional, ou seja, junto a comunidade, fomentando projetos como do professor Jackson, com o Dr. Pignatti, mas nós precisamos também que o legislador cumpra o seu papel. É isso que esperamos desta Casa, da Assembléia Legislativa. E o Ministério Público do Trabalho, hoje, como coordenador do fórum .../drm

0404au13.drm

O SR. RAFAEL MONDEGO FIGUEIREDO-... o Ministério Público do trabalho, hoje como coordenador do fórum de agrotóxico do Estado de Mato Grosso, hoje como coordenador do fórum de agrotóxico no Estado de Mato Grosso, ele parabeniza esse tipo de iniciativa, e se coloca a disposição também, para auxiliar no que for preciso daqui para frente como parceiro nesta causa nobre que é o combate ao uso discriminado dos agrotóxicos e de seus efeitos perversos a comunidade tanto mato-grossense, quanto Brasileira.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Obrigado, Dr. Rafael, o senhor foi religioso no cumprimento do tempo. Obrigado mesmo, de coração, fico muito feliz pela fala do senhor, contaremos bastante mesmo com apoio do Ministério Público do Trabalho e com subsídios para todas as lutas em que haverá necessidade da presença de vocês.

Passo agora a palavra ao professor Wanderlei Antônio Pignati, para ele fazer a sua fala. (PALMAS).

Mas, antes disso, do Pignati de iniciar a fala, registrar e agradecer a presença do Felipe Canavez, assessor da Deputada Federal Rosa Neide, fazer o registro da presença do meu companheiro, Reginaldo Araújo, Presidente da Associação dos docentes da UFMT e membros ANDES, que é do Sindicato Nacional dos Professores Universitários do nosso país.

E registrar que um grupo de professores acompanhando a Audiência Pública agora na sede da ADUFMAT em Sinop. Agradecer de coração a participação de todos e dizer que seria muito interessante se nós pudéssemos ter a oportunidade de fazer esse debate lá em Sinop, envolvendo a UFMT, UNEMAT, envolvendo toda população daquela região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Dizer, aquelas pessoas que não conseguiram sentar, tem um auditório ao lado, audiência está sendo transmitida no telão ao vivo, quem quiser ficar mais bem acomodado pode ir para lá. Dr. Wanderlei Antônio Pignati.

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI- Boa tarde a todos!

Gostaria, primeiramente queria agradecer, o Deputado Lúdio Cabral, Deputado Estadual, por esta Audiência Pública, para nós mostrarmos um pouquinho...s/dmm

0404au14.dmm

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI -...por esta Audiência Pública para mostrarmos um pouquinho, eu falo um pouquinho porque a situação é bastante pesada, Fran, da situação ambiental, dos impactos dos agrotóxicos no Mato Grosso.

Gostaria de agradecer também ao Dr. Rafael, do MPT, Ministério Público do Trabalho, e na plenária agradecer os membros da nossa equipe, o Jakson, Marta, Márcia, Emerson e a minha esposa Otilia, que é uma grande incentivadora, médica homeopata. (PALMAS).

Quando discutimos, essa imagem que está ali é o cotidiano do Mato Grosso: avião, trator pulverizando uma plantação de milho, de um lado um córrego, do outro lado uma área de preservação ambiental. Quer dizer, tudo, tudo, quase, que está aí é proibido da maneira que está sendo feita pela legislação federal e hoje estadual. É lamentável.

A nossa equipe, quando vamos discutir o impacto na saúde, no meio ambiente, temos uma equipe, Núcleo de Estudos Ambientais e de Saúde do Trabalhador, lá da UFMT, que tem biólogo, geógrafo, agrônomo, médicos e um grande apoio da Fiocruz, do Rio de Janeiro, que nós trabalhamos juntos com eles não só na questão da análise, mas na questão do suporte técnico e científico. É a maior instituição de pesquisa de saúde da América Latina, Fiocruz.

Quando temos uma série de pesquisa sendo desenvolvida, eu vou mostrar resultado de algumas, mas vai desde a questão... Lucas do Rio Verde, em um primeiro trabalho que nós fizemos, depois o Vale do Juruena, que o Rafael citou, o Xingu, onde veremos que todas as nascentes do Xingu, a maior reserva indígena do Brasil, sem nenhuma exceção, todas as nascentes nascem dentro da plantação de soja, de milho, de algodão, cana ou pasto e que se usa muito agrotóxico e vai para dentro do Xingu. Todas.

As nascentes do Rio Paraguai, nós estamos fazendo uma pesquisa, inclusive com bastante apoio do Dr. Daniel, da Débora e com financiamento até do FAP-DF, do Distrito Federal, em que estamos avaliando, no Brasil, três nascentes grandes...

...S/TAN

0404au15.tan

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI -...nascente grandes, que é do Paraguai, São Francisco e as que abastece de água, Brasília.

Vigilância lá da fábrica Nortox, se vocês sabem, uma das maiores indústrias de agrotóxico do Brasil está em Rondonópolis e outra é a vigilância a população exposta a agrotóxico, em que a Secretaria Estadual de Saúde recebeu do Ministério da Saúde, em dezembro de 2012, um milhão de reais para implantar a Vigilância Populacional a população exposta a agrotóxico no Mato Grosso, conseguindo-se, no ano passado, até o ano passado o Governo tinha gasto um centavo, aí fez um convênio com a UFMT, e agora nós estamos viabilizando, mas de maneira de pesquisa, não é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

essa a intenção, a intenção era implantar a vigilância à população exposta a agrotóxicos, a começar pelos municípios que mais produzem e mais usam agrotóxico, nós estamos fazendo uma pesquisa, quer dizer, o Governo deixou um milhão de reais sem mexer um centavo até ano passado.

Quando discutimos uma questão fundamental, e eu coloco aqui, que é a questão do risco sanitário, alimentar, ocupacional e ambiental que o agrotóxico, que esse modelo de desenvolvimento aqui no Estado, que eu chamo do modelo químico dependente, dependente de fertilizante, de agrotóxico, de equipamento, né? Sementes transgênicas, o impacto que leva na saúde e no ambiente, vamos discutir isso aqui. E outros que já foram discutidos até o Deputado Lúdio Cabral colocou, subsídio, a Lei Kandir, que não tem; por que não tem dinheiro para pagar os servidores? O subsídio, a Lei da Lei Kandir, todo produto primário de exportação, não fica um centavo de imposto aqui, além de subsídio agrotóxico no Estado não paga imposto. Os produtores, por uma lei estadual, da época do Dante de oliveira, ainda recebem quatrocentos reais por hectares, para plantarem algodão, que era para combater o bicudo, recém lá quatrocentos reais por hectares, e não querem abrir mão dessa mamata. São várias questões e mesmo assim eu coloco alí, que é um Estado miserável, não tem dinheiro para pagar servidor.

Nós somos campeão nacional de acidente de trabalho, em incidência...
...s/cms...

0404au016.cms

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI – ...somos campeão nacional de acidente de trabalho, em incidência, não em números, número normal era São Paulo, mas quando você divide pelo numero de trabalhadores é Mato Grosso, tem 20 anos.

Somos campão nacional em incidência de tuberculose, campão nacional em hanseníase, temos os piores índices de cobertura vacinal do Brasil! Em 2017, o governo deste Estado quis fechar o hospital de Sorriso porque não tinha dinheiro para pagar o hospital. A população fez uma passeata, fechou a BR-163, aí se manteve. O município, maior produtor de soja do mundo não é do Brasil, não tem dinheiro para manter um hospital estadual. Miséria.

Aqui quando colocamos os grandes estudos que fiz no meu doutorado na Fiocruz, toda cadeia produtiva do agronegócio desde o desmatamento, indústria da madeira, agricultura, pecuária, o transporte disso tudo há dois mil, às vezes, mais de dois mil quilômetros dos nossos portos de exportação... A agroindústria todos eles têm trabalhadores, todos eles têm o primeiro impacto dessa cadeia é no acidente de trabalho.

O segundo impacto é o agravo da população onde ficam os mutilados, os sequelados, o pessoal com malária, com câncer, com má formação, distúrbios neurológicos, endócrino desse modelo em todo elo dessa cadeia.

E o terceiro impacto, é o dano ambiental, poluição da água, do ar, da chuva, dos animais e os alimentos.

Aqui é um trabalho que vimos fazendo, esta foto tirada no ano passado, Xingu, uma plantação de soja e aqui uma reserva. Cadê a área de amortecimento? Cadê a obediência na legislação estadual que estabelece 90 metros a partir de 2013? Mas, em 2009, quando a nossa lei estadual foi regulamentada, ela estabelecia para pulverização com trator terrestre, 300 metros. O ex-governador Silval Barbosa, pressionado pelo agronegócio, a indústria do agrotóxico, baixou, fez outro decreto em 2013, baixando isso para 90 metros. Mesmo assim não obedecem. Mesmo assim

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

não obedecem! Porque não podem perder um metro quadrado, tem que plantar soja, tem que plantar milho, tem que plantar algodão e etc.

Mato Grosso hoje é o campeão...

...s/cac...

0404au17.cac

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI - ... etc. Mato Grosso, hoje, é campeão nacional de consumo de agrotóxicos. Nós ouvimos falar: “Ah! Mas é o campeão nacional de produção de soja, de milho. Algodão nós produzimos 70% no Brasil, mas é o algodão que mais usa agrotóxico por hectare: são cerca de 30 litros de agrotóxico por hectare. Enquanto soja é 17, o milho são 6 e assim vai. Talvez, por que os Estados do sul não querem mais produzir algodão? Um dos motivos é a questão da poluição ambiental.

Quando colocamos a legislação, coloquei tudo junto porque tem um monte de legislação, é um monte de legislação e eu coloquei tudo junto. É um monte!
(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

Inclusive essa que eu falei, a Lei Estadual nº 8.588, de 2006, o Decreto nº 2.283, de 2009, que estabelecia 300 metros e depois foi para o Decreto nº 1.651, de 2013 para 90 metros. Entre outros para dizer que: “Ah! Não tem fiscalização.” É a coisa que eu mais ouço aqui no Estado de Mato Grosso. Não tem fiscalização? Mas quem primeiro desobedeceu as normas e as leis? Foi o fiscal? Fui eu, que não tenho fazenda? Sou eu que não tenho indústria de agrotóxico, que forneço agrotóxico? Então teve primeiro uma desobediência. Nós não podemos trabalhar com um sistema que chamamos jurídico, dessa maneira: “Ah! Vou fazer isso porque não tem fiscalização.” Como vou botar milhares e milhares de fiscais nas milhares de milhares de fazendas em Mato Grosso? Primeiro tem que obedecer a lei, as normas: Federal, Estadual e alguns municípios tem norma municipal em relação a agrotóxico. São poucos, mas o município pode legislar também com relação aos agrotóxicos.

Lucas, cadê? São as grandes fazendas e o município mergulhado dentro da plantação de soja. Campo Verde, mergulhado na plantação de soja, inclusive aqui uma grande criação de frangos. Sapezal, mergulhado na plantação de soja. E Sapezal usou nove milhões de litros de agrotóxico ano passado. Nove milhões! Campo Novo dos Parecis, que usou nove milhões também, plantou 617 mil hectares. Campos de Júlio, usou 11 milhões de litros no entorno...

s/tmr

0404au18.tmr

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATTI - ... Plantou 617 mil hectares. Aqui Campos de Júlio usou 5 milhões de litros no entorno, aqui a cidade desaparece.

Aqui o Mato Grosso quanto que usou até 2015, plantou, lógico, 8,6 milhões, quase 9 milhões de soja, quase um milhão de hectares de algodão, 3 milhões de milho, assim vai. Mas usou 207 milhões de litro de agrotóxico. Só Mato Grosso, dividido por três e meio milhão de habitante que vai dar os 67 litros por habitante de exposição no ar, na água, na chuva. Aqui, no Brasil, que dá um bilhão de litros, até 2015, era um bilhão, agora é mais. Na época, falava para dividir por 200 milhões de habitante, dava cinco litros por habitante. Hoje já vai dar, estão aqui nos cartazes 7 litros por habitante, dados de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Aqui, um trabalho que nós fizemos, que está numa revista científica. A produção agrícola no Brasil e o destaque aqui de Mato Grosso na região de Diamantina, Sapezal, Campo Novo do Pareceis, na região de Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde, a região de Rondonópolis, Campo Verde, Itiquira e a região de Querência, Água Boa, Canarana.

Aqui, consumo de agrotóxico. Um trabalho nosso junto com INDEA, junto com alguns agrônomos que mostra lá o uso... Está lá o algodão, 28 litros; arroz, 04; cana-de-açúcar, 04; feijão, 05; girassol, milho, 07; soja, 17, e assim vai. Aqui nós fizemos um mapa que é justamente aqui essas quatro regiões, que são as mais críticas nesse estado.

Os agrotóxicos mais usados nessa cultura, está aí em outro artigo, os que são proibidos na União Européia. Dos 35 mais usados no Brasil, os 25 são proibidos União Européia.

Dos mais usados, os 32 mais usados no Brasil, 26 são proibidos na União Européia. Por que é proibido lá? Está no *Diário Oficial*, inclusive, quando proíbe. Causa câncer, má formação, distúrbios endócrino, neurológicos, *Mal de Parkinson*, é o último que estamos tentando proibir o paraquático aqui no Brasil, ele foi proibido em 2017, causa *Mal de Parkinson*, numa ação conjunta entre... Ele é registrado no Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente que emitiu uma nota proibindo o paraquático desde 2007, mas com retirada de um terço por ano.

Um terço ano passado.../drm

0404au19.drm

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI-... mas foi retirada de um terço por ano, um terço ano passado, um terço este ano, um terço ano que vem. Sendo que ele causa Parkinson e má formação, é proibido e tem décadas na União Europeia. E quem está fiscalizando se diminuiu um terço esse ano ou vai diminuir um terço ano que vem? Ou vai acabar a partir de 202, 22?

E uma pesquisa nacional que gente fizemos aqui em Mato Grosso, vou mostrar rapidamente, junto com Fiocruz, onde foram parar os milhares de litros de agrotóxicos que estavam naquelas embalagens vazias? É importante recolher as embalagens vazias, plástico pode conter um pouco de agrotóxico que sobrou ali, mas onde foi parar o que estava dentro? Pense numa grande interrogação, hipótese da nossa pesquisa que fizemos.

E aqui o pessoal de Pernambuco, pessoal do Ceará, pessoal do Rio de Janeiro, pessoal do Rio Grande do Sul, trabalhamos em rede para discutir isso, onde foi parar. Nós vamos mostrar, na água, no ar, na chuva, no leite materno, nos alimentos.

Outra aqui. Será que as regiões mais produtoras têm mais intoxicação aguda, mais câncer, mais formação? Será que está sendo obedecida as normas e as legislações? Está aqui o primeiro estudo está nessa revista aqui, também 2017.

A produção agrícola no Mato Grosso e o consumo de agrotóxico no Mato Grosso. Está na revista. E aqui vem em seguida, intoxicação aguda, aonde que tem mais tem? Justamente nas quatro regiões, estou falando incidência, má formação, de cada mil nascidos vivos, quantos tem má formação? Inclusive a média do Brasil é quatro para cada 1000 nascido vivo, tem município aqui que chega a 37, 37 com má formação.

O único estado brasileiro que tem uma associação de pacientes de espinha bífida, que é uma má formação na coluna neural, único estado do Brasil, de tanto que tem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E esse daqui, câncer infanto-juvenil, até 18 anos de idade, está aumentando muito, onde coincide mais? Justamente nas quatro regiões. Está aqui a análise estatística para o pessoal falar...muitas pessoas gosta de com relação...está aí está nesse artigo de 2017, na ciência saúde coletiva.

A embalagem vazia, nós temos toda uma rede colhimento, mas com essa questão que estou falando ...s/DMM

0404au20.dmm

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI -...embalagem vazia, nós temos toda uma rede recolhimento, mas com essa questão que eu estou falando, aonde foi parar o que estava dentro e que agora está vazia? E é veneno, é agrotóxico e não é defensivo agrícola. Aqui as várias maneiras. Será que existe uso seguro de agrotóxico? Eu falo que existe uso seguro de agrotóxico se a pessoa estiver igual astronauta. Vocês já viram passar agrotóxico igual astronauta? E se ele estiver igual astronauta ele está colocando veneno onde? Na alface, na banana, na uva, na melancia ou no couve e vai sair resíduo de agrotóxico. Para nós, da área médica, da área da saúde, não existe uso seguro.

Aqui, pulverização aérea, é um grande problema neste Estado. Tem legislação? Tem. Tem lá a Instrução Normativa nº 2, de 2008, no MAPA, Ministério da Agricultura, que tem que obedecer 500 metros de distancia de abastecimento de água, APA, criação de animais, porque animais também respira. É obedecido aqui?

Quantas vezes vocês passaram na estrada e o avião por cima? Quantas vezes!

E aqui, não vou discutir, porque na maioria dos países Europeus são proibidos. Aqui de novo aquele mapa aonde tem mais câncer e má formação. A água, um dos primeiros impactos é na água! Eu gosto de estudar bastante água, foi um dos primeiros estudos que eu fiz na Fiocruz, no meu doutorado. Como está a água? Porque 70% do nosso corpo é feito de água. E se a água é contaminada vai adoecer o nosso corpo. 70% do nosso corpo é água. E aqui a portaria de portabilidade da água do Brasil, a primeira foi de 77. Eu podia ter dez metais pesado na água que eu estou bebendo, esta aqui e muitas vezes eu fico com medo. Medo! Não só eu como vários colegas nossos, a Fran também, solvente, benzeno, xileno, tolueno, poderia ter doze agrotóxicos e nada do que chamamos assim de derivados e funções domésticos e não cloro. Derivado de sabão, sabonete, cera. Tudo sai na água. Sai na água e nós vamos beber depois. E aí estabelece um limite máximo de resíduo. Então, você podia ter 12 agrotóxicos limite máximo de resíduo, depois passou para 13, depois passou para 22 e a última legislação e que eu chamo de legalização dessa contaminação do Ministério da Saúde, eu posso ter 27 tipos de agrotóxicos na água que eu estou bebendo.

Quanto é na União Europeia?...

...S/TAN

0404au21.tan

O SR. VANDERLEI ANTÔNIO PIGNATTI -...Quanto é na União Europeia? Porque se nós queremos trabalhar com uma vigilância sanitária mais avançada, União Europeia. Está aqui, na União Europeia eu posso ter cinco agrotóxicos na água, mas se eu pegar o glifosato, que é o mais usado, Roundup, Mata Mato, Glifosato genérico, vários nomes; No Brasil, um litro de água eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

posso ter 500 micrograma, na União Europeia quanto? 0,1 micrograma. E lá eu posso ter cinco, com esse nível. Aqui é 500 e lá 0,1. É porque nós somos mais fortes, né? Somos mais fortes.

E aqui o mapa, o último mapa do Ministério da Saúde.

Quando se divulga, está aqui o mapa que chamamos da portabilidade da água Ministério da Saúde, 2015 o último que divulgou, está aqui o mapa. Dos cinco mil e municípios, 1593 segue aquela portaria, porque todo dia tem que fazer coliformes fecais, dureza, P H e vários parâmetros da água. E de seis em seis meses fazer: metal pesado, solvente, agrotóxicos e aqueles derivados de infecção doméstica que saem na água, coceira e etc... De seis em seis meses. Está aqui o mapa.

Esses municípios fizeram, os que estão aqui em verde, olhem o quanto em Mato Grosso; é porque tem agrotóxico na água, abaixo do limite permitido, limite permitido onde? Todos acima do limite permitido da União Europeia, se o Glifosato tiver 499, é uma água potável, está dentro do limite permitido; na União Europeia é 0,1.

E esses que estão em vermelho? É que tem agrotóxico acima do permitido. Quando fizemos o nosso trabalho aqui, esse município que está aqui, que é Lucas do Rio Verde, fizemos em 2011, 2012, foi uma alarde, que achamos agrotóxicos na maioria dos poços artesiano, leite materno, na chuva. Ah, isso é conversa fiada do professor Pignatti. Mas aqui não é conversa fiada minha, isso é do Ministério da Saúde junto com as companhias de água que fazem, analisam e mandam para o município, o município manda para o estados, o estado manda para o Ministério da Saúde.

E aqui foi publicado o nome dos municípios que estão acima do permitido...
...s/cms...

0404au022.cms

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI – ...aqui foi publicado o nome dos municípios que estão acima do permitido. Não publicou aqueles verdes, mas como conhecemos o nosso Estado, sabemos quais são os verdes que tem agrotóxicos na água. Ele publicou só nome desses que estão acima do permitido, o Ministério da Saúde.

Está lá, Mato Grosso, Altos Garças, Cláudia, Juara, Lucas do Rio Verde, Nova Canãa, Peixoto, Pontal, Porto Esperidião, Sapezal, e aqui é Terra Nova. Publicou. É para vocês pensarem um pouco.

Aqui é Lucas quando fizemos aquela avaliação integrada, que deu bastante polêmica em nível mundial, que soltamos aquela coisa sobre leite materno. Mas, não fizemos só o leite materno, foi água, ar, chuva, sapo, minhoca, uma avaliação integrada. Foi a única pesquisa do Brasil que fez isso, pegou um município e fizemos tudo nesse município, água, ar, alimento, chuva, leite materno, sangue, urina, sapo, peixe, vamos fazer tudo. E nós fizemos. Nós fizemos.

Então, a coisa está lá bastante... Terminamos até 2012 fazendo pesquisa lá. A exposição lá é 136 litros por habitantes. A maioria pulveriza o teto das casas, águas, as nascentes a menos de 10 metros. Menos de 10 metros! E conseguiram baixar de 300 para 90, menos de 10...

E continua. 83% dos 12 poços que acompanhamos durante dois anos, fazendo coleta de dois em dois meses, 83% tem o quê? Agrotóxicos. 56% das amostras de chuva, 25% das amostras de ar, ar das escolas que os alunos e professores estão respirando.

Água de córrego. Agrotóxico que chamamos assim, no sangue e urina, pegamos professor de escola rural e escola urbana. Escola rural é terrível! Ou damos um jeito, ou vamos ter

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

uma legião de alunos e professores bastante problemáticos na vida. Pulveriza do lado, só falta botar dentro do pátio da escola, pulverizando agrotóxico. É uma coisa assim, de intervenção não sei de quem. Intervenção nossa. Nossa, da população. Porque vigilância e saúde sem participação da população ativa, não vai. Espero que o Deputado Lúdio Cabral e outros tomem uma posição em relação as escolas rurais...

...s/cac...

0404au23.cac

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI - ... que o Deputado Lúdio Cabral e outros tomem uma posição em relação as escolas rurais. Leite materno, bastante contaminado. Pegamos duas lagoas e pegamos sapo, tudo com mal formação e cheio de agrotóxico no sangue em comparação com outro quando pegamos na Serra das Araras, não tinha nada, nem malformação, nem agrotóxico no sangue. Minhoca, incidência de câncer e mal formação muito maior do que o resto dos Estados. Nascentes do Rio Paraguai, o trabalho que começamos e que está apoiado inclusive pelo Dr. Daniel, já tinha o trabalho e estamos sendo financiados pela FAPDF e o Ministério Público Estadual que está aqui e que está financiando também e alguns, aqui...

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI - Onde vai parar o Rio Paraguai? Eu estive em Rosário no ano passado, ano retrasado no Uruguai, o pessoal da Argentina esteve aqui em dezembro, eles estão fazendo de baixo para cima e nós estamos fazendo de cima para baixo, está terrível! Vai parar aonde? Em Buenos Aires. Em torno do Pantanal como está a plantação de soja, milho, algodão. Olha só Mato Grosso, Mato Grosso do Sul como está e como estava em 2002. E como está hoje? E grandes e grandes fazendas... quem já foi para Cáceres esses dias? Dentro do Pantanal! Dentro do Pantanal.

Aqui, um trabalho que foi feito entre 2000 e 2007, muito agrotóxico no sedimento que desemboca no Rio Paraguai, nos rios que desembocam no Rio Paraguai. Aqui antes da chuva e aqui depois da chuva, aqui a chuva pega a água e vai embora. Aqui três artigos já publicados em revista inglesas, americana estão aqui e eu apresentei isso no Congresso Nacional uma vez, e falei que não ia mais, e não fui, porque o Fiocruz quando precisa de debate sobre agrotóxico, grande produção ela me chama porque fazemos a trabalho junto e porque no rio não tem muita plantação de soja, de milho, não é, Sr^a Fran? A Sr^a Fran fez mestrado lá também.

Mas teve Senador, eu fico assim, triste, que ainda falou: "...é bom que esse agrotóxico, quando chove...", aqui antes da chuva e aqui depois da chuva, "vai parar lá..." e eu falei: - vai parar lá aonde? Na Argentina, vai parar em Buenos Aires um Senador falou: "...é bom que vai intoxicar os ermanos..." Desse jeito! Eu pedi para ele repetir e se ele repetisse eu não sei o que faria e ele pediu desculpas. Mas é desse jeito que eles tratam....

s/tmr

0404au24.tmr

O SR. WANDERLEI PIGNATTI - ...Não sei o que eu iria fazer. Ele pediu desculpa, mas é desse jeito que eles tratam. Eu não vou falar o nome do Senador, porque eu sei que a Fran estava lá.

Diamantino está aqui plantou 500 mil hectares e usou em torno da lavoura 7,6 milhões de litros de agrotóxicos, inclusive dentro da APA, que está lá o Dr. Daniel tentando fazer

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

com que o pessoal diminua o uso dentro da APA. Não use transgênico que é proibido. É proibido plantar transgênica pela lei do transgênicos, mas está aqui cheio de soja transgênico.

Estão aqui dados recentes de agora, aquele era de 2007, agora 2017, na água nas nascentes do rio Paraguaia, cheio de agrotóxicos. Aqui são pontos, controlando 12 pontes. Sedimentos, mais ainda, porque muito agrotóxico está cheio de segmento, está lá embaixo.

E aqui um trabalho que Dr. Daniel está vendo, depois ele pode falar, um descarte de agrotóxico agora em março, ampliou essa contaminação da APA, mortandade de peixe, está sendo investigado pelo INDEA, SEMA, e nós e Ministério Público.

No dia 11 de abril, não é, Daniel, tem, não vou estar aqui, mas vamos ver quem vai, às 18h, tem uma audiência pública lá na Câmara Municipal de Alto Paraguai para tratar disso.

Xingu, nós estamos com trabalho com ISA, Instituto Sócio Ambiental, UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo, que a Universidade Federal de São Paulo está no Xingu fazendo trabalho desde que constituiu o Xingu, já está com 50 anos, e aos quatro anos atrás nos procurou, porque está aumentando muito câncer, mal formação, distúrbios endócrinos, muita diabetes, distúrbios neurológicos dentro dos índios do Xingu. E sabíamos que fazíamos o trabalho nos procurou. Fizemos uma parceira, temos um convênio com eles juntos, inclusive com ISA e junto com a Federação dos Índios, tem uma federação dos índios, muito legal.

E quando pegamos aqui. Xingu. Todo esse vermelho é plantação de soja, milho, de algodão e pastagem e que usa muito agrotóxico. Eu falo, eu mostro aí fora, e ficamos muito tristes. A maior reserva indígena do Brasil. Todas as nascentes, sem nenhuma exceção, vão para dentro do Xingu. É por isso que está acontecendo e por isso que nós estamos fazendo esse trabalho junto com a UNIFESP.

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Pignatti, só para lhe orientar, 30 minutos já.

O SR. WANDERLEI PIGANTTI - Cinco minutos. Está aqui o Xingu. Imagem de satélite.../drm

0404au25.drm

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI -...Imagem de satélite. Querência, que usou 6 milhões de litros de agrotóxico, vai tudo para dentro. Este aqui é o Rio Culueni.

Já os resultados da água, o que tem dentro da água está lá, atrazina, fipronil. Tartaruga, colheu a tartaruga uma pesquisadora marinha, da Universidade do Pará, colheu tartaruga entorno do Xingu, auxiliado pelos índios, cheio de agrotóxicos.

Em Juruena, financiamento MPT, MP. Aqui Sapezal, aqui, apresentação, inclusive está aqui o Dr. Leomar, que na época era o chefe, não é Rafael? Era o coordenador, ele está aqui na apresentação de pesquisa.

E aqui já alguns resultados, das 18 amostras nos 6 postos, pegamos uma escola rural, uma escola urbana em cada município, por exemplo, Sapezal uma escola rural e uma escola urbana, Campos de Júlio e Campo Novo dos Parecis, 61% da água que os alunos e professores estão bebendo está contaminada.

Chuva, colocamos coletor de chuva no pátio, está lá 55% chuva tem agrotóxico. Outros dados, de soja, de milho, de algodão, caroço de algodão é terrível! Deputado Lúdio Cabral, o pessoal dá para gado leiteiro, terrível! É oleoso, é onde mais o veneno fica, terrível e vai sair na onde? Na carne e no leite. E aqui no milho, na soja, tem vários dados aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Aqui investigamos, fomos em 1383 casas nesses três municípios. Pegava uma, pulava quatro e fazia entrevistas, e perguntava se tinha má formação, câncer e tal, e quanto mais perto, diabete... até 300 metros, 19. Acima de 300, 11, quase tudo dobra a partir dos 300 metros, hipertensão, doenças neurológica, problemas psicológico, intoxicação, má formação, câncer, lesão renal, aborto. Uma das grandes causas de lesão renal é paraquat que vai demorado três, quatro anos para ser retirado do mercado.

Leiam sobre o paraquat...s/DMM

0404au26.dmm

O SR. WANDERLEI ANTÔNIO PIGNATI -... ser retirado do mercado. Leiam sobre o Paraquat.

Sangue e urina dos trabalhadores com muito, muito, muito, muito veneno. Está aqui. De glifosato de 65, só 17 não tinha. Mas de Atrazina, 97 análises feitas na Fiocruz, no Rio de Janeiro, todos tinham. E assim vai, e assim vai.

Aqui uma questão triste que eu falei e que o professor Jakson, que fez o mestrado comigo, estudou bastante, que é a implementação de uma indústria de agrotóxico. Fechou várias vezes, lá em Rondonópolis, porque está na frente do...? A indústria aqui é uma fábrica de cerveja. Quem vai de Rondonópolis para Campo Grande. Reparem, reparem, uma fábrica de cerveja em frente da indústria... toda indústria é poluidora do ar, do solo, toda indústria. Agora, a mais poluidora de todas é a indústria de agrotóxico, de veneno. Está ali em frente. Tem esse trabalho, fecha, abre, fecha, abre. O judiciário gosta de interferir na questão de saúde ambiental. Gosta de interferir. Está lá, a vigilância sanitária fechou, abriu; SEMA fechou, abriu; o Ministério Público fechou, vai lá o judiciário e abre. Eu não sei o que vamos fazer.

Aqui os alimentos. Nosso, inclusive, do Mato Grosso, de todos os estados do Brasil, eu botei aqui, porque esse Programa começou no ano de 2000, que se chama PARA, Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, está aqui, uma sequência: 2013, 2014 e 2015. O Ministério escondeu esse dados até o ano passado. Não fosse o Ministério Público Federal, Pedro Serafim, do Fórum, o pessoal para liberar os dados. E Mato Grosso também escondeu! É só Governo Federal que esconde? Não. Quem coleta esses alimentos é a Secretaria de Saúde do Estado, é a Vigilância Sanitária. Manda, fica sabendo, mas guarda. Por quê? Porque piorou tudo. Piorou! Então, é um governo antidemocrático, escondeu, não é? Está aqui, eu vou pegar aqui só a alface, a média, isso aqui é média, tem mais do que isso, 71% estava fora dos limites, tinha que jogar fora, ou incinerar. Nem para porco podia dar. E assim vai, está lá: morango, tomate, abobrinha...

...S/TAN

0404au27.tan

O SR. WAMDERLEI ANTÔNIO PIGNATI -...morango, tomate, abobrinha, isso aqui é público! Leiam. Peguem no site do Ministério da Saúde, no para programa para análise de agrotóxicos em alimentos, mas só saiu o ano passado. Dados de 2013, 2014, 2015, como eu posso fazer vigilância sem essa informação? O Governo do Estado podia ter informado e tomado uma atitude. Não toma! Espero que essa Assembleia tome.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Aqui as doenças humanas, não vou falar mais; desde psiquiátrico, neurológico, desregulado endócrino, depressão, teratogênico e mutagênico, carcinogênico, cognitivo e autismo está relacionado também.

Aqui os agrotóxicos que estamos tentando proibir, desde 2008 tentando proibir 14 agrotóxicos no Brasil, porque é proibido na União Europeia, conseguimos proibir sete, sendo que o último que está aqui, Paraquat, foi proibido em 2017, mas tem uma, mas que eu coloquei, mas! Aquela problemática que eu falei, um terço.

Está aqui. Intoxicação aguda. Vem aqui os bambam bam de várias outras instituições de pesquisa, e mesmo os fazendeiros, produtores de agrotóxicos falam que está diminuindo a intoxicação aguda porque está usando agrotóxico assim, assado, menos tóxico. Existe agrotóxico menos tóxico? Está aqui, um dado, nacional: Agrotóxico agrícola passou no seu SENAN, também é público, em 2016, passou de dois mil intoxicações para quatro mil. Dobrou! Doméstico, esse que usa em casa, passou de 440, quadruplicou para 1.600. Saúde pública, nossos trabalhadores ao controle da dengue de 103 para 200, dobrou, Raticida, dobrou, veterinário que trata não só do nosso cachorrinho, mas trata do boi, trata do suíno, está lá de 333 para 1.000, triplicou, quadruplicou. Então, é para nós...

Aqui os estados, Mato Grosso tinha que ser o primeiro que mais notifica, mas o primeiro aqui que mais notifica aqui é São Paulo, é Paraná, Santa Catarina, Tocantins e Mato Grosso notificou apenas nesses ano 1.600 intoxicações aguda, é o que mais usa veneno, porque está totalmente, a vigilância, a saúde e a vigilância sanitária totalmente sucateada nesse Estado de Mato Grosso.

Aqui as embalagem, já falei.

Aqui em Sapezal, eu já falei.

Aqui, é um trabalho em Campo Verde, em que um Promotor Estadual...

...s/cms...

0404au028.cms

O SR. WAMDERLEI ANTÔNIO PIGNATI – ...é um trabalho em Campo Verde, que um promotor estadual... Como é que ele se chama?
(COMPONENTE DA MESA RESPONDE AO AORADOR).

O SR. WAMDERLEI ANTÔNIO PIGNATI – Marcelo. Está fazendo. Das revendas, que eu acho que aí tem que entrar um pouco esta Assembleia Legislativa e um pouco de legislação.

Lá tinha, tinha não, tem ainda, eles estão tirando de lá, 12 revendas de dentro da cidade, com estoques de milhares, milhares e milhões de litros de agrotóxico. Dentro da cidade e cidade que se diz modelo! Aí discutindo com ele, ele falou: “Não, vou pedir para o pessoal sair de dentro, deixar só a revenda e a estocagem fora.”. Aí eles não queriam.

Foi realizado uma pesquisa pelo Ministério Público e eles pegaram, inclusive, a pesquisa, mas está lá. Pegamos dentro da revenda, há 50 metros, 100 metros, 200 metros, tudo contaminado com os agrotóxicos que estava dentro, um pouco caiu até dentro de um hospital, dentro da delegacia, dentro da casa de um vereador, foi assim.

Aí eles fizeram um TAC e estão mudando. Mas, aí quando começaram trabalhar e mudar, “ah, agora vocês têm que botar segurança porque...”... “Segurança? Não é investimento privado?” O promotor falou: “Não é investimento privado? O problema de vocês?”. Está acabando. Está aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A questão dos transgênicos que precisaríamos discutir um pouco. Nós somos campeões, 100% da nossa soja é transgênica. Já tivemos soja sem ser transgênica, já tivemos soja orgânica. Um dos grandes produtores do Brasil lá em Tangará da Serra, quatro mil hectares, mas no entorno contaminou, contaminou e ele abandonou. Ele abandonou.

A nova lei que já foi falada. Aqui algumas sugestões para terminarmos:

Implantar essa vigilância à população exposta à agrotóxicos, não só com aqueles um milhão de reais que o Ministério da Saúde passou. É responsabilidade do Estado implantar isso. Cumprir as leis. Cumprir as leis porque não cumprem as leis.

Proibir a pulverização aérea em Mato Grosso. Proibir no Brasil e em Mato Grosso, agrotóxico, que é proibido na União Europeia.

Monitorar os resíduos de agrotóxicos, fertilizantes na água e cumprir a portaria, que ninguém cumpre, da potabilidade da água.

Implantar laboratório. Tem que ter um laboratório para analisar agrotóxico aqui. Tem uma da SEMA, da Secretaria da Saúde, vivem quebrados. Uma hora não tem reagente, outra hora quebrou e não pode arrumar, outra hora falta funcionário. É um absurdo! Onde mais usa agrotóxico não tem laboratório eficiente.

E reativar o CIAVE. Tínhamos um Centro de Informação Anti-Veneno...

...s/cac...

0404au29.cac

O SR. WANDERLEI PIGNATI - ... eficiente e reativaram o Centro de Informação Antiveneno – CIAVE, nós tínhamos um Centro de Informação Antiveneno no Pronto Socorro que todo mundo ligava do Estado inteiro para saber o que estava acontecendo. Eu sei porque eu tinha aluno que fazia estágio de medicina do 6º ano e há uns seis anos a universidade cortou convênio, estão os estudantes da UNIC, mas também desativou o CIAVE, que é o Centro de Informação Antiveneno. Nós não temos! Não temos aqui, entendeu, Deputado Lúdio Cabral? Não temos! E era custeado pelo Estado e pelo município.

Monitorar resíduos de agrotóxicos no banco do leite, pelo menos daqui da Capital; implantar fóruns regionais, além do estadual tem um bom funcionando em Rondonópolis, que o Sr. Jackson está sempre discutindo; ampliar os recursos da agroecologia e dos orgânicos. Tem lei dos orgânicos! Não precisa, para ampliar, para financiar os pequenos agricultores, não precisa se esconder, não é Srª Fran? Tem lei que regulamenta isso. Só o Governo do Estado colocar recursos para isso.

Rever esse decreto, que baixou para 90. Implantar CRONAR que pode ser implantado com o Programa de Resíduos de Agrotóxico em Alimento. E está aqui. Depois cada um pode pegar esse livrinho que está em forma de gibizinho, que é o Plano Nacional de Redução do uso de Agrotóxico, mas quem quiser acessar o site o plano todo está aqui, 150 páginas. E tratar esse modelo como problema de saúde pública, esse modelo agropecuário químico dependente; saúde pública humana, ocupacional, animal, vegetal e ambiental. E termino com esse aqui que encabeçou um dos nossos documentos. Foi tirado daqui quando começamos a campanha nacional contra os agrotóxicos que ele encabeçou, que é uma criança que teve que numa das assembleias nossas que foi na Associação dos Docentes da UFMT-ADUFMAT que fui com esse cartaz.

E obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Muito bem, professor Pignati!

Obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Nós acabamos estendendo o tempo, quarenta minutos... Uma aula, não é? Uma aula! Obrigado, professor. Se tivesse mais tempo eu tenho certeza que o senhor traria muito mais informação para a nós.

Agora eu vou passar a palavra ao Dr. Daniel, que é Promotor do Ministério Público Estadual de Diamantino. Está lidando com essa questão da mortandade dos peixes no Rio Paraguai.

Quero agradecer de coração a presença dos estudantes do curso de direito...
s/tmr

0404au30.tmr

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Agradecer, de coração, a presença dos estudante do Curso de Direito da UNEMAT do Campus de Barra do Bugres. Fico feliz com a presença de vocês.

Só para registro, nós temos 16 pessoas inscritas para falar, gente. Depois das falas aqui da Mesa, são 15h30min, temos uma hora e meia ainda, não vamos ter que correr bastante daqui a pouco, depois da fala do Daniel e da Francélia.

Aproveitar a oportunidade também para, eu deveria ter feito isso bem no início da audiência pública, mas nunca é tarde, para agradecer minha companheira bióloga, Gislene Ramos, que fez toda a articulação, toda a preparação para essa audiência pública nossa de hoje.

O SR. DANIEL – Boa tarde!

Gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Lúdio Cabral; agradecer pelo convite formulado ao Ministério Público para expor essa questão, tratar dessa questão importantíssima num ambiente democrático, um ambiente público, antes de mais nada; quero saudar a todos as pessoas que se fazem presentes, independentemente do segmento que representa, dos interesses que representam, pois o fato de vocês se encontrarem aqui nessa solenidade revela a busca por conhecimento, o interesse em participar das instância democráticas do Poder Legislativo, e, sobretudo, para provocar mudanças ou a manutenção daquilo .../drm

0404au31.drm

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA-... para provocar mudanças ou a manutenção daquilo que se entende que é, que funciona, que é eficaz, que é eficiente para atender os objetivos da nossa Constituição Federal.

Eu vou tentar ser bem objetivo aqui e eu vou me limitar expor a forma da atuação da Promotoria que eu represento. Aliás, antes de mais nada, eu sou Promotor de Justiça lotado em Diamantino, atribuição do órgão em que eu atuo é defesa do meio ambiente e do patrimônio público, então, eu não tenho atuação apenas exclusiva em área ambiental, mas essa especialização me permitiu, dar a devida atenções na medida do possível para esse problema que nós encontramos na unidade de conservação que se encontra sediado, tantos nos municípios de Diamantina, Alta Paraguaiá que é a comarca, que chamamos tecnicamente de comarca de Diamantino.

Então, vamos lá, foi instituído a unidade de conservação, infelizmente eu fazendo uma migração de *slides*, então algumas imagens não vão ficar centralizadas, enfim.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Foi instituída essa unidade de conservação, por previsão e decreto estadual, só que desde o momento em que ela foi instituída já se encontrou, já deparamos com vários problemas. E por que foi instituída? Qual o objetivo dela?

Exatamente na área, pelo menos uma parte da área, porque há uma discussão que se observa a metragem que deveria, se ela deveria mais ampla, abriga a região das nascentes do Rio Paraguai e com objetivo de defender esse patrimônio hidrológico e também a fauna e flora que se encontram no local, vegetação, enfim, foi instituída essa unidade de conservação.

Porém, desde que ela foi instituída, e observa, é uma área que tem uma exploração centenária, Diamantino é um município que já completou mais de dois centeneos é um município que registra nessa região também uma exploração há muitos anos....S/DMM

0404au32.dmm

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA -... região também uma exploração há muitos anos, primeiramente associada à questão de garimpos, pecuária e mais recente lavoura de soja e milho. Então demorou para que houvesse esse reconhecimento. Só que esse reconhecimento normativo da importância dessa área, não se fez acompanhar de uma estrutura para gerir essa unidade. Então ele só existia no papel. E isso é preocupante, porque se vocês verificarem, esses dados inclusive eu obtive das palestras que foram realizadas, inclusive está no material do Dr. Pignati, provavelmente, que ilustra a importância dessa unidade de conservação.

Ali na parte superior é onde fica, também se sedia essa unidade. E essa é a dinâmica do Pantanal. Então, onde chove mais é na região da cabeceira. Essa água flui para o Pantanal e é uma região essencial para descontrolar o fluxo de cheias do Pantanal. Se aquela região apresentar algum problema, pluviométrico, enfim, eventualmente até uma contaminação, o reflexo vai ser experimentado na região do Pantanal. Infelizmente essas transparências foram exprimidas, mas pensem como uma caixa d'água. Eu gostei muito dessa explicação, foi a própria professora Débora e o Professor Jakson, é como uma caixa d'água, ela vai armazenando essa chuva e depois essa chuva que é armazenada de forma subterrânea ela vai fluindo para o Pantanal, pelos vários córregos e rios cuja as nascentes, em partes, estão protegidas ou deveriam ser por essa unidade de conservação. Daí que vem o ponto. Esse mapa aqui foi elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e ela registra áreas de lavoura. E onde se poderia estimar a utilização de agrotóxico. A área em vermelho é a unidade de conservação, ela é muito acidentada, ela tem pelo menos duas serras bem definidas e nos vales e planícies eles abrigam regime de exploração agrícola, são propriedades...

...S/TAN

0404au33.tan

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA - ...são propriedades, geralmente, de grande metragem que excediam, geralmente, lavouras de soja e milho, algumas outras culturas associadas, mas em tese, é isso que predomina na região.

E aí, nós nos envolvemos no primeiro litígio, com o Estado de Mato Grosso na verdade, porque se constatou esse problema de que eu tinha uma unidade de conservação, mas essa unidade de conservação só existia no papel e aí o Ministério Público tentou de todas as formas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

provocar o Estado ha época, formular requisições, não foi atendido, então ingressou com uma demanda, essa é o objeto dela. O Estado foi, recentemente, condenado, ou seja, a demanda de 2011 levou aproximadamente sete anos para abrir um julgamento dela; infelizmente não mencionou a multa, por isso que ainda está recorrendo. Mas por que o Estado foi condenado? Por que não cumpriu essa lei, o que preceitua a unidade de conservação que se pedia nessa demanda? Ele não cumpriu os principais itens colocados e um deles eu quero deixar em maior destaque, para tentarmos respeitar o horário, que é a questão do zoneamento e do plano de manejo da unidade. Por que?

Eu crio uma unidade de conservação e essa unidade de conservação; quando eu faço esse estudo inaugural para definir os limite, ele vai traçar linhas gerais do marco de proteção. Qual o objetivo? Eu quero proteger, por exemplo: o patrimônio hidrológico, os animais, as plantas, enfim, o que se sedia dentro dessa unidade. Só que para dizer se eu posso usar organismos geneticamente modificado, os transgênicos, se eu posso usar agrotóxico, que tipo de agrotóxico, enfim, se eu posso usar um tipo de lavoura ou um tipo de animal lá dentro, gado, enfim, suínos etc..., eu preciso de um estudo mais preciso e isso só é obtido num processo de construção do plano de manejo. Vai dizer, em cima da serra, no planalto, em cima da serra eu não posso usar nada porque vai ter reflexo com as cabeceiras. Na planície eu não posso usar organismo geneticamente modificados, eu posso, isso é crucial, se não você fica apenas com o marco de proteção sem a especificação.

Pois bem, até hoje não teve esse plano de manejo...
...s/cms...

0404au034.cms

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA – ...sem a especificação. Pois bem, até hoje não temos esse plano de manejo, o Estado recentemente contemplou, isso é geral, esse problema é geral. Ele contemplou algumas unidades de conservação, eu estava torcendo para que nessa lista estivesse Diamantino, melhor dizendo, a APA Nascente do Rio Paraguai, mas não estava.

Então, descumpriu a liminar, aí os principais pontos. A multa segundo a minha última estimativa, já estava em 12 milhões de reais. Isso é um apelo, a ideia é que esse dinheiro, se um dia, houver uma execução, ele foi separado, ele seja utilizado. O que? Para fazer o plano de manejo, para dar uma estrutura de fiscalização.

Não duvidem os senhores, algumas coisas conseguimos, vale dizer. Existe um órgão de gestão na unidade, tinha um analista e um gestor, agora só tem uma analista, não tem mais o gestor, por exemplo. É um processo de avanço e retrocesso. Mas estamos lutando para conseguir fazer valer o que preceitua a lei, e o marco de proteção ser eficiente nessa unidade de conservação.

Chegamos ao segundo problema constatado. Foi editado esse mesmo decreto que o Professor Pignati fez menção, que regulamenta a utilização de agrotóxico, enfim. Ele definia que nas unidades de conservação de Estado de Mato Grosso era proibido utilizar agrotóxico. Nada! Zero! Então, o Estado entendeu, o governador a época entendeu que não era para utilizar.

O que fizemos unidade da conservação? Foi requisitado à SEMA que fosse realizado uma série de inspeção nas propriedades rurais para verificar se alguém respeitava isso. Lembram daquele mapa? Esse era o marco de fiscalização. Ninguém.

É assim, eu não duvido quando os produtores afirmavam que não sabiam dessa proibição. Foi algo que só constou no decreto. Quando a SEMA foi realizar essas inspeções, até conversando com os fiscais, eu falei: olha, vamos adotar uma abordagem de orientação. Vocês

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

notifiquem, é uma norma muito específica, notifiquem. Aí eles acatando essa sugestão, fizeram a notificação de todos os proprietários: “Olha, de acordo com o decreto estadual vocês não podem mais utilizar.”. Aliás, não poderiam.

Eu estimo que aproximadamente uns dois, ou três meses depois...

...s/cac...

0404au35.cac

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA - ... eu estimo que aproximadamente uns dois, três meses depois o Decreto foi modificado. E a unidade de conservação de uso sustentável, adivinhem, qual é o modelo da APA das nascentes do Rio Paraguai? Unidades de conservação de nível de uso sustentável vão adotar uma prática de uso racional dos recursos naturais, consoante diminuição de utilização dos agrotóxicos. Ótimo! E como eu faço isso? Não disseram.

Eu fui buscar então atender, aqui são mais uns preceitos, que depois chegaremos nesse ponto. Fui buscar apoio, suporte, informação com a sociedade civil.
(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA - Já que há um problema regulamentar e para não ficar uma coisa da minha cabeça eu decidi fazer algo ou eu decidi adotar alguma medida mesmo porque envolve uma série de questões, propriedades, produção rural, trabalhadores, alimentos, contaminação, enfim, consumidores, meio ambiente sobretudo e o patrimônio da APA nós realizamos essa audiência pública e no bojo dessa audiência pública não só se revelou um problema de compreensão da gravidade que é a utilização indevida de agrotóxico, a forma que o excesso, enfim, o desvio de normas padrões, mas como também se constatou que o regime de utilização dentro da unidade de conservação não diferia em nada do que você utiliza numa área que não é especialmente protegida. Então tem algo errado. Numa visão de proporcionalidade, se eu criei uma unidade de conservação eu não posso usar o mesmo regime de exploração que eu utilizo numa área que não conta com essa proteção. E lá quando foi colocada essa questão já se mencionou a questão da produção de organismos geneticamente modificados. Então inicialmente nós estávamos investigando agrotóxicos e utilização se chegou a essa questão desses organismos.

Enfim, é uma associação que ocorre, que vem, porque de certa forma um é causa e consequência do outro. E no final dessa audiência pública foi bem tumultuada e o Professor Jackson é testemunha disso, ele foi palestrante, mas entendemos que é um processo, um processo de debate e discussão, não vai ser simples, não vai ser fácil, há muita informação e há muita desinformação....

s/tmr

0404au36.tmr

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA - ...não vai ser simples, não vai ser fácil, há muita informação e há muita desinformação.

Ao final da audiência até se deixou bem claro, quando eu fiz o encerramento, que o público tinha a intenção, por mais que defendesse a utilização de defensivos, como preferia chamar, usualmente também se utiliza, que houvesse uma redução. Isso foi pontuado lá. E durante a audiência, chegou não a questão da utilização de transgenia na unidade, como também uma perspectiva que foi colocada até para indicados de sindicato rural que palestraram arma lá, de que existem produtos com toxicidade distintas, existem produtos com alta tecnologia, que eu preciso de uma quantidade “x” para obter uma letalidade, ele não deixam de ser tóxico, tanto que são

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

agrotóxicos, mas tem um toxicidade menor. Ou seja, a quantidade que eu preciso para eliminar um ser humano é inferior, é muito inferior aquela que tem o grau toxicológico maior.

Como não havia um marco definido, e eu verifiquei que essa perspectiva, todo mundo achou o máximo quando isso foi exposto lá falou: “Nossa, essa tecnologia toda bem que podia vir para o nosso campo.” Então eu busquei nessa matriz uma forma então de reduzir. Já que, inclusive aquela pessoa que os produtores colocaram lá, apresentaram lá durante a palestra, porque é democrático, todo mundo foi ouvido, que seria uma matriz para garantir a produção e evitar um risco maior de contaminação, então foi buscada essa matriz. Então, nós trabalhamos com a ideia tanto da transgenia como da questão da toxicidade. E aqui um parênteses.

Essa questão da transgenia está associada à ideia do plano de manejo. Eu só consigo usar transgenia dentro da APA se eu tiver o plano de manejo. E assim, podem falar que é uma interpretação criativa da minha parte, mas há um Acórdão do STJ que interpreta da mesma forma, porque nós lidamos com precaução. Ou seja, eu não vou assumir um risco. Não posso fazer uma leitura desse dispositivo, o que causa grande controvérsia, o que seria ali, “...até que seja, parágrafo único, elaborado plano de manejo de todas as atividades e obras desenvolvidas o Tribunal deve-se limitar a integridade dos recursos asseguando-se...” Ou seja, integridade dos recursos, marco de proteção... então, você não tem esse plano de manejo, eu não posso usar. Então, estou fazendo uma leitura sobre precaução. Mas, enfim, guardem .../drm

0404au37.drm

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA-... Então você vai fazer uma leitura sobre precaução. Mas enfim, guardem essa informação com os senhores.

Tem outro apontamento também, se eu vou usar transgênico numa unidade que conta com proteção, eu tenho que ter um registro especial. Não basta o registro que aquele produto, aquela semente, aquele transgênico ele não causa risco à saúde, enfim, foi autorizado pelos órgãos competentes.

Eu ainda preciso ter autorização especial para usar em determinada área porque ela tem um marco de proteção, eu não estou usando, por exemplo, numa área de campo geral, uma área de incentivo agrícola, estou usando numa unidade de conservação.

Na APA não existe nenhum registro de autorização para uso de organismo geneticamente modificado, então, vamos pensar, se eu entendesse que eu poderia utilizar organismo geneticamente modificado dentro da APA, da unidade de conservação, ou seja, desconsiderando aquela proibição legal, eu ainda deveria buscar essa autorização especial, mas ninguém buscou, porque a informação que foi obtida diretamente do CTNBIO, é que não havia autorização para as propriedades sediadas na APA, nem aquelas que foram investigadas, nem outras propriedades que poderão vir a ser, não há.

E aqui o estudo que professor fez Pignati fez menção que a UNAST realizou vinculada a UFMT, realizou dentro da APA.

E vejam os senhores, a toxicidade predominante, eu estou tratando de índices de 3 e eu lido com índices até 2 e 3, eu tenho um APA 4. Aqui é lógico que é inverso. O nível 4 é o menos tóxico, e o 1 mais tóxico. Isso envolve como eles também sustentam com tecnologia, é mais tecnologia envolvida na produção. Envolve menos metais pesados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, o que esse estudo revela? Que eles utilizam agrotóxicos que apresentam uma toxicidade maior, quando poderia utilizar agrotóxico de toxicidade menor. E aí eu tenho esse problema que o professor Pignati mencionou também, que eu não tenho análise de contaminação.

Não há estudo realizado, que chegou ao meu conhecimento nas aquisições formulada de contaminação dentro da APA por agrotóxico. Pelo estado de Mato Grosso, que é o interessado principal na unidade de conservação porque ela foi por ele instituído, não há. E não há porque não tem metodologia, não tem equipe e não tem laboratório...s/DMM

0404au38.dmm

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA -... não tem equipe e não tem laboratório e não tem laboratório para realizar. Então, o que fizemos aí? O final dessa audiência, voltando àquela Audiência Pública, eu tinha deixado bem claro com todos os produtores, aqueles que tinham sido alvo de fiscalização, que nós tentaríamos uma tratativa para chegar a um acordo. Foi formulado um modelo de acordo que tinha por base um estudo realizado pelo Ministério Público, em base em receituários agrônômicos, com base nas listas de produtos registrados no INDEA que comprovava a possibilidade de se gerir de forma racional, responsável uma lavoura de soja e milho só com agrotóxico de nível 4, menos tóxico. E eventualmente eu poderia fazer uso do 3, em uma situação limite. Isso era, sim, possível. E isso foi buscado dentro dessa pactuação.

Então, o que tratamos lá? Uma redução, dois anos de mora para que eles se ajustassem, utilizando só nível 4 e eventualmente nível 3; que fosse proibido transgenia em dois anos... O que é que estamos trabalhando? Dois anos em média são... dependendo do tipo de cultura pode ser até três ciclos ou quatro ciclos agrônômicos, enfim, reposição da lavoura. A pessoa consegue fazer um planejamento para se ajustar. Ou seja, não é inexecutável, não vou chegar e pactuar com alguém: amanhã você vai se ajustar. A transgenia também, e adotar uma série de medidas de cautela. Eu exigia no TAC que a pessoa, no compromisso, no acordo, na tentativa de acordo, que ele me comprovasse onde ele guardava esses agrotóxicos; se ele tinha pátio de descontaminação, ou seja, se ele não usasse isso na propriedade dele, onde é que ele fazia a contaminação? Porque depois que usou um trator, depois que eu uso uma vestimenta, eu tenho que lavá-la. E esse agrotóxico que vai para a propriedade, quando fica lá, onde que eu guardo ele enquanto eu estou utilizando? Guardem essa informação porque talvez ela tem relação com incidente que aconteceu esse ano. Ninguém assinou. Ninguém. Fomos para a justiça. Estamos discutindo, são 19 ações civis públicas e elas têm esses pedidos que eu mencionei, que tentamos pactuar no Termo de Ajustamento de Conduta somando ainda o pedido de indenização à sociedade, ao estado, aos brasileiros por descumprimento do marco anterior. Lembra que eu mencionei que ninguém cumpria o marco anterior? Então eu estou partindo de um pressuposto de que era proibido e agora eu vou para uma redução. Ninguém respeitou isso...

...S/TAN

0404au39.tan

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA - ... Ninguém respeitou isso, ninguém assinou um acordo. Então eles estão expondo a um risco, todos nós, países estrangeiros e todo o ciclo do Pantanal por contaminação, porque não se ajustam ao marco que não fui eu que instituí, está no decreto, ainda no decreto modificado. Então há um pedido de indenização nesse ponto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Parece que nós tratamos com pessoas que não teriam uma postura de responsabilidade, enfim, mas eu quero também aqui fazer uma ressalva. O que eu constatei lá e eu expus isso no fórum que é chefiado pelo Ministério Público na forma de controle de agrotóxicos, enfim, é chefiado pelo Ministério Público do Trabalho, que é uma louvável iniciativa, um espaço amplo e democrático para esse debate, é que talvez, essa dificuldade de conseguir pactuar esses compromissos, esses acordos, essa resistência, decorre de uma possível venda casada associada à utilização de determinado tipo de cultura e isso é muito mais grave pelo o que eu constato quando há transgênia. Por que? Quando eu vou utilizar um agrotóxico, eu tenho uma lavoura, eu vou usar o agrotóxico, tenho que ter um receituário agrônomo, ele vai me dizer, naquele ciclo agrônomo, o que utilizar, como eu vou gerir aquela planta, isso é uma grande conquista. Só que o suspeito é que quando o indivíduo compra uma semente, por exemplo, sobretudo transgênica e ela vem inserido royalties, que é tudo vinculado a moeda estrangeira e ela tem toda uma proliferação que o indivíduo não pode se apropriar, por exemplo; semente não pertence a ela, ela tem um dono, vem, provavelmente, com receituário agrônomo padrão. Engessou a produção agrícola, ele vem com veneno, que eleva a utilização, ele vem com agrotóxico e vem com defensivo, fertilizante químico, tudo e geralmente associado ao mesmo grupo econômico.

Como é que eu vou compactuar esse produtor se ele está inserido nessa escala maior? E vou dizer, venda cassada é ilícito. Essa linha de investigação que tem que ser adotada em nível nacional, é numa forma de combater e de racionalizar essa questão atinente utilização de agrotóxico no campo. Então, é isso que eu suspeito que possa ter sido uma grande resistência...

...s/cms...

0404au040.cms

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA – ...é isso que eu suspeito que possa ter sido uma grande resistência. Às vezes, tratamos dessa questão com os produtores, mas tem que entender que isso também, de certa forma, é incentivado. Isso, de certa forma, é autorizado pelos órgãos de fiscalização, enfim, quando existem. Acreditamos que isso poderia ser uma linha de atuação mais eficiente na forma de combater esse tipo de venda casada.

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Doutor, só uma preocupação com o tempo...

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – São 28 minutos já.

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA – Vixe Maria (RISOS).

Irei encerrar. Para concluir, algumas coisas vêm sendo implementadas, essa questão do Ministério Público ter feito um Termo de Ajustamento de Conduta com o INDEA, o representante do INDEA se encontra presente, se acaso ele se manifestar a respeito seria muito importante.

É para digitalizar, instituir um sistema eletrônico e digitalizado de cadastro de agrotóxico, de utilização de agrotóxico. Vou conseguir fazer a associação do agrotóxico com o produtor rural desde a origem até o fim. Conseguirei obter índice de utilização e associa-los a contaminação que é um problema muito sério para quem é pesquisador na área. Então, ele vem sendo implantado, é uma forma de lidar com esse problema.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Aqui tem Audiência Pública e, encerrando, o que aconteceu lá em Alto Paraguai? Suspeita-se que, em 18 de março de 2019, é o que suspeitamos com data mais provável, caiu um caminhão dentro do Córrego Melgueira, e esse caminhão transportava agrotóxico, milho com praga, parece que o milho estava com algum problema.

Logo após a queda desse caminhão, isso é uma data estimada, porque ele não se encontrava mais no local quando a fiscalização lá chegou. Começou haver mortandade acelerada de peixes! Daí foi encontrado um galão fechado de Cyprin Prime, que é uma espécie de... É um agrotóxico, num braço do rio, indicando que quando o caminhão caiu dentro do rio, o agrotóxico, vamos dizer, esse galão caiu nesse braço, ficou retido e os demais não foram localizados. Pode ter relação, pode não ter. Então nós estamos investigando essa questão. Há alguns outros problemas com empreendimentos na região também, mas é algo que a gente precisa discutir, por isso vamos fazer esse debate lá em Alto Paraguai.

Por fim, só a título de sugestão, já encerrando, estou falando que vou encerrar a um bom tempo...
...s/cac...

0404au41.cac

O SR. DANIEL BALAN ZAPPIA - ... sugestão, já encerrando, eu estou falando há um bom tempo que estou encerrando e não encerro, mas eu vou encerrar.

Dentro daquelas sugestões do Professor Pignati, teria a questão da revisão de isenção de agrotóxico, eu entendo que seria uma excelente medida e esse processo de revisão/isenção poderia compreender os produtos mais tóxicos no primeiro momento para privilegiar aqueles menos tóxicos. Seria uma forma de lidar com esse problema.

A questão dos Fundos públicos. Se há uma condenação numa ação dessa, esse recurso, por exemplo, que vier dessa condenação, vai para um Fundo público, se esse Fundo público não tem um tratamento adequado legal, esse recurso ao encerrar o exercício fiscal cai na Conta Geral do Estado. Se eu mando para o Fundo Estadual do Meio Ambiente eu não consigo fazer esse dinheiro ir para o meio ambiente se eu não investir até o final naquele exercício fiscal e isso impede a atuação do Fundo do Conselho que o gere. Isso teria que revisto.

Estender um marco de proteção do Pantanal para compreender aquelas cabeceiras do Rio Paraguai, aquela região que eu chamo de cabeceira do Rio Paraguai que compreende inclusive a APA, ou seja, se o mesmo marco de proteção que eu tenho para o Pantanal eu tenho que ter nas cabeceiras, porque um não existe sem o outro. Eu acho que poderia ser uma linha de trabalho a esse respeito.

No mais, eu agradeço, peço desculpas por ter violado meu tempo de pronunciamento. É tanta coisa para falar. E por fim, agradeço a todos que se fizeram presentes, estejam convidados a comparecer a essa audiência pública que vamos realizar em Alto Paraguai. E espero que ao final dos trabalhos realizados na Assembleia Legislativa que haja uma comunicação do seu resultado para que possamos inclusive subsidiar essas demandas na Comarca de Diamantino.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Obrigado, Dr. Daniel.

Vou passar a palavra agora a nossa companheira Fran, Francileia, por favor. A Sr^a Francileia, já chamei de três nomes, não é? (RISOS) Chamei de Franciele, Francélia, Franceli....E agora, a Sr^a Francileia. Vamos lá minha companheira!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a FRANCILEIA PAULA DE CASTRO - Até no final você consegue...
(RISOS) Boa tarde a todos! Quero pedir para me ajudarem a garantir o meu tempo de fala.
(RISOS)...

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - As mulheres vão mostrar que são mais rigorosas no cumprimento do tempo.

A SR^a FRANCILEIA PAULA DE CASTRO – Eu já estou reivindicando o meu tempo para garantir a minha fala.

Primeiramente eu quero agradecer o convite que foi feito pelo Deputado Lúdio Cabral...

s/tmr

0404au42.tmr

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO - ... Primeiramente, eu quero agradecer o convite que foi feito pelo Deputado Lúdio Cabral, a equipe que do mandato dele, o companheiro James, nosso companheiro que atuou muitos anos na fase conosco, a companheira Gislene, com quem eu tive contato nas últimas semanas.

Dizer que eu vou trazer aqui um recorte, uma fala enquanto Campanha Permanente dos Agrotóxicos pela Vida e é uma Companhia construída a várias mãos e que participam várias organizações em nível nacional, no Estado de Mato Grosso também, dos movimentos sociais do campo, ligados a camposina, mas também a organizações como a FIOCRUZ, a Associação Brasileira de Coletiva, ABRASCO, área de articulação nacional de agroecologia, a Associação Brasileiro de Agroecologia, Instituto de Defesa do Consumidor, um conjunto que reúne quase 100 organizações que constroem essa Campanha em todas as regiões do Brasil.

E dizer também que esta Campanha agora na próxima semana, no dia 7 de abril, no Dia Mundial da Saúde, completa oito anos de existência, semana que vem. Nós produzimos todo o material que está sendo divulgado nas redes sociais, nós temos um *site* que vamos deixar aqui depois. E nós temos feito a seguinte pergunta nesses, principalmente contexto político que vivemos. O que temos a celebrar nesses oito anos de Campanha de luta contra os agrotóxicos no Brasil?

Essa é a contribuição que quero me proponho a refletir junto com as organizações e movimentos que estão aqui presentes. Nós temos o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente, Desenvolvimento, FOMARD, o grupo de intercâmbio em agroecologia de Mato Grosso, GIAS, e cumprimentando algumas coordenações da rede de agroecologia do estado, que está presente, o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, MST, Associação Regional de Produtores Agroecológicos aqui, Sr. Neri, da ARPA, que tem uma grande representatividade no Mato Grosso, povos quilombolas, e FASE, instituição na qual eu trabalho faz parte.

Se nós formos analisar, trazendo um pouco o histórico da Campanha, como ele é formada, como ela se constitui, oito anos atrás, a Campanha foi criada com alguns objetivos.

O Brasil se tornava em 2008 o maior consumidor de agrotóxico do mundo, como o Pignatti trouxe aqui os dados. Porém, em 2010, os movimentos sociais se reúnem, movimentos sociais do campo e convidam esse conjunto de órgãos .../drm

0404au43.drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO-... eles se reúnem, movimentos sociais do campo e convidam esse conjunto de órgãos organizações para refletir o que significa o Brasil ter se tornar o muito consumidor de agrotóxico do mundo.

Quais são os efeitos disso para sociedade, na saúde? Quais os impactos do meio ambiente e na produção de alimentos. E aí essa pergunta, né, leva a algumas constatações em 2010.

O conhecimento sobre agrotóxicos conhecimento sobre agrotóxicos ainda era um conhecimento que atinja um público muito restrito. As pessoas falavam, entendiam como remédio, como o tema da audiência, agrotóxico não é remédio. Defensivo, em nenhum momento a lei do agrotóxico usa essa terminologia, essa é uma terminologia da indústria química.

E também que era necessário naquele momento uma articulação nacional, para que essas informação chegassem a conjunto da sociedade sobre esses efeitos. Naquele período, ou seja, esse é um ponto da campanha de oito anos atrás, se nós analisarmos agora é um ponto que hoje em dá a sociedade, ampliou um pouco o conhecimento sobre os efeitos dos agrotóxicos.

Então, hoje já sabe que agrotóxico mata, não é companheira do cartaz. Agrotóxico mata, não é remédio para planta. E isso é uma avaliação que a gente tem que fazer que é positivo nos últimos anos.

Apesar o cenário atual que estamos, se for olhar, analisar, temos um recorde de registro de agrotóxico e foi falado aqui, 121 registros de agrotóxico, até este momento, desses 121 registros de agrotóxicos nos três primeiros meses de 2019, 41% são altamente, extremamente tóxicos.

E outro dado do contexto que vivemos. A temos uma bancada ruralista articulada e assumindo pastas nesse governo, temos um nítido processo de afrouxamento da legislação ambiental, sob tudo a lei de agrotóxicos, como já foi falado aqui, ameaça do PL 6299, que é o pacote do veneno.

Então, se a situação lá em 2010 já era ruim, agora está bem pior. Então, qual o sentido dessa campanha nesse contexto que nos estamos inserido? Por outro lado, trazemos uma constatação para a análise de conjuntura do momento que vivemos, porque vários organizações e movimento tem demandado da campanha um a leitura “é agora o que iremos fazer diante desse cenário?”

A pauta dos agrotóxicos...s/DMM

0404au44.dmm

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO-... A pauta dos agrotóxicos ela entrou definitivamente na agenda das organizações ambientalistas. Em 2018 vivenciamos uma grande articulação em torno da plataforma “Chega de Agrotóxicos”, é uma plataforma que foi construída pela companhia e articulou outras organizações como *Greenpeace*, como Instituto de Defesa do Consumidor, as organizações ligadas à Segurança e Soberania Alimentar, os Conselhos de Nutricionistas do Brasil todo, e conseguiu um feito muito importante no ano passado. Nós conseguimos a manifestação de 1,5 milhões de pessoas se posicionando contra o PL do veneno. Isso é muito importante para nós analisarmos. Não só se posicionando contra esse projeto de lei que pretende flexibilizar a legislação e aí o Dr. Rafael já trouxe um pouco das informações sobre o PL de retirada de órgãos reguladores, como o da saúde e da agricultura, a alteração do nome, mas tem uma outra coisa também, se o PL do veneno passar, estados e municípios não vão conseguir propor projetos de leis diferente do que está o PL nacional, porque isso ainda está garantido nessa lei atual de agrotóxico que temos. Por outro lado, a manifestação desse 1,5 milhão pessoas que assinaram

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

esse manifesto e que foi entregue na Câmara dos Deputados, lembrando: o PL do veneno está tramitando no Congresso. Ele foi aprovado ano passado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e ele segue agora para a votação no Plenário da Câmara, e nós precisamos de uma articulação, inclusive nos estados, com os nossos parlamentares que estão nos representando lá para poder, e são poucos, mas que precisamos nos articular em nível de território nacional.

Ao se fazer a posição contrário ao PL do veneno, a população de forma geral, ela tem uma proposta da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, foi falado, é o PL 6.670 de 2016. Que institui a Política Nacional de Reduções de Agrotóxico. Um projeto de lei que tem como base este programa, Programa PRONARA, que o Pignati falou ali. Tem as cartilhas aqui, que foram produzidas pela Articulação Nacional de Agroecologia, pela campanha, e que traz informações, um programa que foi construído, nós participamos da elaboração, mas que foi construído também com representação de especialistas em agrotóxico...

...S/TAN

0404au45.tan

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO ...mas que foi construído também com representação de especialistas em agrotóxicos do Brasil todo, o instituto nacional do câncer, a própria EMBRAPA, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde participou da elaboração desse programa; partimos de um diagnóstico minucioso do problema dos agrotóxico no Brasil. Propõe 153 iniciativas, estruturado em seis eixos.

Vou dedicar um tempo maior para falar, um pouco, dos eixos do programa que é uma coisa concreta e é um instrumento que precisamos se apropriar.

Existem Estados, Deputado Lúdio Cabral, que têm criado as suas políticas estaduais de redução de agrotóxico com base neste documento. Então, os eixos estão estruturados desde o registro de agrotóxicos, ele garante a permanência dos órgãos reguladores da saúde e agricultura e meio ambiente no processo de registro, fiscalização e monitoramento de agrotóxicos no Brasil, ele garante uma reavaliação periódica sobre a toxicologia dos agrotóxicos, garante a reavaliação dos agrotóxicos que já foram banidos em outros países e que no Brasil são utilizados livremente. Ele cria, isso é importante, um sistema integrado de avaliação, registro, fiscalização e controle de agrotóxicos, porque uma das dificuldades, o Pignati já trouxe aqui, do acesso aos dados, infelizmente, hoje, os órgãos têm suas próprias normativas internas para registro desses produtos que dificultam, inclusive, uma ação mais integrada, coletiva.

A fiscalização e proibição do uso de herbicidas em áreas urbanas, que não foi abordado, mas que temos problemas e denúncias a todo momento da capina química em municípios, e existe uma normativa da ANVISA que orienta e proíbe a pulverização da capina química; o pessoal está fazendo nas cidades sempre.

Outro eixo, ele corresponde a controle, monitoramento e responsabilização da cadeia produtiva, para não acontecer; cadê o representante do Ministério Público de Diamantino, da região do Alto Paraguai; para não acontecer casos como esse de contaminação das nascentes do Rio Paraguai, que um caminhão tomba no rio e ninguém sabe de onde é o caminhão, de onde que veio a carga. Então assim, a política propõe eixos relacionados à responsabilização da cadeia produtiva, monitora e divulga os dados sobre os resíduos de agrotóxicos e alimentos, considerando.

O terceiro eixo dispõe sobre medidas financeiras e econômicas; aqui foi falado sobre os incentivos fiscais, os agrotóxicos, eu até distribuí, divulguei, essa semana, um dado que a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

terra de direitos, que é uma das organizações que é da coordenação nacional dessa campanha e que hoje coordena o campo jurídico da campanha e acompanha os projetos de leis, propomos nessa política a taxaço progressiva dos agrotóxicos, quanto mais tóxico mais taxaço ele vai ter. A isenção de taxas para produtos para o controle de pragas e doenças aprovados na agricultura orgânica, crédito rural e juros menores para os agricultores que utilizam...

...s/cms...

0404au046.cms

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO – ...juros menores para os agricultores que utilizam produtos e práticas de menor risco. Ele propõe uma inversão na questão das medidas econômicas e financeiras e a destinação das taxas dos agrotóxicos para monitoramento para políticas públicas da saúde, inclusive, para tratar casos de intoxicação aguda e crônica que chegam até o SUS.

Tem um dado agora, que o Estado Brasileiro deixa de arrecadar quando ele fornece incentivos fiscais para produção e comercialização de agrotóxicos. Em 2018, foi dois bilhões de reais; e de 2015 a 2018, as isenções acumularam sete bilhões de reais.

(PARTICIPANTE FALA DA PLATEIA – INAUDÍVEL).

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO – É o que está faltando na saúde, é o contexto que vivemos agora. Enquanto tem o discurso que é preciso aprovar a reforma da previdência, fornece subsídios fiscais para produção de veneno (PALMAS).

O outro eixo da política é o desenvolvimento de alternativas. A política está estruturada num processo de transição agroecológica e mudança no paradigma de modelo de produção de pacotes tecnológicos ofertados por multinacionais. Então, ele incentiva a produção e comercialização de produtos fitossanitários, incentiva o movimento e métodos de controle biológicos e físicos de planta, e muito no contexto que vivemos, ele cria territórios livres de agrotóxicos e transgênicos.

Recebemos em Mato Grosso muitas denúncias de contaminação, de pulverização área no entorno de territórios indígenas e comunidades quilombolas. Eu estava reunida, semana passada, com a comunidade quilombola de Poconé, já na área do Pantanal Mato-grossense, já que estamos falando de marcos regulatórios e segurança em alguns territórios. Com o avanço da produção de soja e milho nessa região, para quem conhece é uma região que concentra um número maior de comunidades tradicionais de quilombolas, que estão sendo diariamente intoxicadas por agrotóxico. Está fazendo pulverização área.

Inclusive, um encaminhamento que eu acho que esta Audiência Pública deveria dar conta, são os casos de denúncia...

...s/cac...

0404au47.cac

A SR^a FRANCILEIA PAULA DE CASTRO – ... um encaminhamento que eu acho que essa audiência pública deveria dar conta, são dos casos de denúncias que já chegaram no Ministério Público, estou falando do caso da Comunidade do Chumbo de Jejum porque já foi feita, a comunidade já se mobilizou, já produziu documento, está encaminhado no Ministério Público e o que está sendo feito? Eu inclusive queria ter respostas sobre esses documentos que já foram encaminhados, porque me parece que as denúncias não têm sido, não têm o encaminhamento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

efetivo. As organizações, as comunidades estão se mobilizando para poder correr atrás dos dados que são difíceis, encaminha a documentação, informar que recebeu a carta pedindo ajuda. Estão plantando soja de frente para a escola ou vamos esperar que aconteça o mesmo que aconteceu em Goiás onde noventa crianças foram intoxicadas por uma pulverização aérea? É extremamente importante ter ações que garantam que esses territórios, vou dizer principalmente dos povos tradicionais que são grandes guardiões de práticas de manejo e agroecológicas ancestrais há muito tempo.

O eixo quinto da política - informação, participação e controle social. Nós queremos poder participar das decisões e audiências públicas quando tem que fazer reavaliação toxicológica de um agrotóxico. Então a política garante estimulações que vão de promoções à saúde com informações sobre agrotóxico, garantir que os rótulos dos alimentos informem quanto à presença de transgênico, que é outra briga que está sendo travada dentro da Comissão Nacional Técnica de Biossegurança que faz a regulamentação de agrotóxicos, mas também todo um processo de formação e participação.

O sexto eixo - dispõe sobre formação e capacitação. Precisamos ter uma assistência técnica, assistência rural voltada para o incentivo à produção agroecológica. Não podemos continuar tendo uma assistência técnica que inclusive orienta vários agricultores a reproduzirem esse modelo que quimicamente é dependente de agricultura. Nos últimos anos conseguimos garantir políticas públicas de assistência técnica voltada para agroecologia. Em Mato Grosso, nós mesmos da fase atuamos no território da Baixada Cuiabana, do Sudoeste, o CPA e no médio-norte com assistência técnica voltada para a agroecologia com recurso público. É claro que tudo isso foi desmanchado com esse governo que está aí. Mas assim, só para dizer que é possível ter políticas públicas que fortaleça a promoção da agroecologia.

Aqui está o Sr. Nélio que é agricultor da ARPA – Associação Regional de Proteção Ambiental melhor do que eu pode dizer que é possível e que é necessário uma transição para esse modelo, que garanta produção de alimentos...

s/tmr

0404au48.tmr

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO - ... uma transição para esse modelo que garanta a produção de alimentos em manejo da terra e território. Gente, Sr. Nélio. (PALMAS)

E diante disso, nós também tivemos um aumento da ação concreta por parte dos movimentos populares, principalmente, protagonizados pela luta das mulheres das diversas reivindicações que foram feitas, pela luta de órgãos muito importantes que foram criados nos últimos anos no Brasil e travam essa luta histórica pela soberania, pela segurança alimentar, a exemplo do CONSEA, Conselho de Segurança Alimentar Nutricional que foi extinto no início desse ano por esse Governo de Bolsonaro, acho que temos que frisar isso. Aqui no Mato Grosso o CONSEA ainda está funcionando, mas que protagonizou nos últimos períodos um debate extremamente necessário, que é de ter comida de verdade no campo e na cidade, que foi os banquetes realizados de norte a sul do Brasil demonstrando a importância de garantir políticas públicas e iniciativas para segurança e soberania alimentar.

Porém, nós sabemos que temos um grande desafio pela frente, quem é ... Eu estava aqui na Mesa falando um pouquinho sobre que bom seria se todo mundo pudesse optar: Hoje eu vou comer só alimento orgânico, hoje eu vou comer alimento agroecológico. Nós temos um grande

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

desafio, nós precisamos e eu tenho feito essa fala em todos os espaços que eu tenho participar que comer bem, comer alimento saudável não pode ser privilégio de algumas pessoas, ele tem que ser direito de todos e para isso nós temos que garantir, porque não faz sentido nós investirmos numa produção orgânica onde só a classe média vai ter acesso à comida de verdade, enquanto isso os pobres da periferia estão aí constantemente morrendo no processo de adoecimento. Ainda estão colocados esses desafios no campo de fazer com que esse alimento chegue até a populações de forma geral. Isso é possível? Isso é possível. Falta o quê? Vontade política para que aconteças.

Só para passar da agenda nossa, enquanto campanha contra os agrotóxicos, a campanha já se estruturou de diversas formas no Brasil. Aqui, inicialmente nós tínhamos o comitês estaduais da campanha. Aqui no Mato Grosso mesmo nós fizemos o lançamento da companhia, que foi na UFMT, eu sei que várias organizações que estão aqui participaram do lançamento dessa companhia, Pignatti está aí, mas nós rodamos o estado todo divulgando a campanha, os objetivos, fizemos seminários, formações. Um instrumento que foi .../drm

0404au49.drm

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO-...fizemos seminários, formação, um instrumento que foi mobilizador nesse processo de divulgação da campanha, foi os vídeos que foram produzidos, o veneno está na mesa um, o veneno está na mesa dois, que passou desde salão da igreja à escolas, principalmente às escolas do campo, mas nas feiras, no diálogo com os consumidores.

E outro importante momento nessa história da campanha foi em 2015 o lançamento do dossiê sobre os impactos os agrotóxicos, organizados pela ABRASCO, pela Associação Brasileira de Saúde coletiva o qual Pignatti faz parte, e outras pessoas também, mas que selo um momento muito importante na luta, que foi essa aliança entre os movimentos sociais, academia e o conhecimento científico do campo da saúde.

Então, que reuniu, várias e milhares pesquisas, um dossiê de quase 500 páginas sobre tudo que tem sido produzido em pesquisa sobre impacto agrotóxicos, no território brasileiro.

Para nós, foi importante para embasar a nossa luta e os nossos organismos, diariamente contra a banca ruralista nos espaços que nos participamos. Mas eu acredito que para a academia foi importante, porque conseguimos que as pesquisas e todos esse conhecimento científico chegue até a sociedade e não fique só na universidade.

E também, em 2016 aconteceu uma coisa muito importante, apesar de estarmos num contexto, 2016, foi um ano difícil, para todas as organizações e movimento populares, foi o ano do golpe político no Brasil, mas, em 2016, conseguimos um fato histórico, nós conseguimos via...Só contextualizar, o PSol entrou em 2016, com uma ação inconstitucionalidade, contra o decreto que garante os incentivos fiscais para os agrotóxicos.

A campanha, AFAM Associação Brasileira de Agroecologia conseguiram entrar com o que eles chamam *Amicus curiae* que a é garantir que participamos da discussão junto ao Supremo Tribunal Federal.

Então, a companhia é a única organização sem uma personalidade jurídica que tem acompanhado o debate. Então, estamos junto com o PSol acompanhando a nível nacional.

Na nossa conquista mais recente, eu acho que vocês ouviram falar, foi um processo articulado local da campanha no Estado com o Ceará. O Estado do Ceará conseguiu provar a Lei Zé Maria do Tomé, a Lei nº 16.820 de 2019...s/DMM

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0404au50.dmm

A SRª FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO-... conseguiu provar a Lei Zé Maria do Tomé, a lei nº 16.820 de 2019, que proíbe a pulverização área no estado do Ceará. Isso foi este ano.

Então, para dizer que os estados, nós temos, sim, mobilizado e foi uma parceria junto com o movimentos sociais e pesquisadores, e a lei o governador sancionou e tem sido um modelo para, inclusive, pautar nos estados que é possível ter uma lei que proíbe pulverização aérea.

A campanha, nós temos um site: contraosagrotóxicos.org, lá tem uma plataforma com todos os projetos de lei municipais e estaduais que já estão aprovados ou foram propostos para redução ou proibição de agrotóxico no território brasileiro.

Zé Maria do Tomé, pra quem não sabe, porque a lei tem esse nome, Zé Maria do Tomé é mártir da luta contra os agrotóxicos no Ceará, ele foi assassinado justamente por lutar contra a pulverização aérea na Chapada do Apodi. Só para dizer que essa luta tem sido uma luta que ela não tem só matado através das intoxicações agudas e crônicas. A morte chega de outras formas também. E há uma perseguição constante junto a pesquisadores e militantes que se colocam nesse frente aí para denunciar o modelo de desenvolvimento. Porque a campanha tem... é até engraçado, o pessoal diz: “Nossa, vocês, da campanha, são muito radicais, como que vocês são contra os agrotóxicos. Vamos adotar uma terminologia mais tranquila.” Nós não somos raciais, só não somos neutros. Temos posicionamento.

E temos uma leitura de modelo de desenvolvimento. Sabemos que o modelo de desenvolvimento capitalista, exploratório, que explora os recursos naturais, que tem modelos que também tem contaminado solo e água, como o Pignati já trouxe, mas um modelo de desenvolvimento que inclusive é o mesmo modelo que promover trabalho escravo, é o mesmo modelo, por exemplo, que tem racista, porque tem exterminado as populações indígenas e quilombolas neste País, é um modelo genocida, porque quando ele produz o remédio, mas também produz o veneno. E aí ou tem matado as pessoas pela boca, com alimento contaminado ou também provocando a fome. Temos leitura de que os agrotóxicos é só mais uma ferramenta do modelo, e nós temos posicionamento, nós nos posicionamos, só que não fazemos só denúncia, propomos alternativas e a nossa defesa da nossa agroecologia, que é esse modelo, esse projeto de desenvolvimento de agricultura e de produção de alimentos que ele já existe, já tem bases sólidas...

...S/TAN

0404au51.tan

A SRª FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO – ...que ele não já existe, já tem base sólidas que tem pavimentado caminhos e rumos para nós termos o alimento saudável como um dos elementos estruturantes para pensarmos políticas de saúde, para pensarmos política de trabalho, de geração, renda e projetos de desenvolvimento, por isso que não somos só contra os agrotóxicos, somos a favor da vida, o nome da campanha já diz isso.

Para finalizar, finalizando mesmo, agora que eu já nem sei como está o meu tempo, mas como todo mundo falou mais eu falarei também.

Acompanhamos...

O SR. PRESIDENTE(LÚDIO CABRAL)- Sete minutos.

A SRª FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO – Está tranqüilo, falta sete ainda.(RISOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Olhem só, a campanha, gente. Ah, e mais recentemente também conseguimos elaborar uma cartilha, junto com a terra de direitos, porque como criar um projeto de lei estadual ou municipal para reduzir agrotóxicos. Essa cartilha está disponível para se fazer o download no site da campanha, eu tenho algumas impressas aqui e que vou entregar para as organizações do campo agroecológico do Estado de Mato Grosso, o mandato do Deputado vai receber também, porque precisamos encaminhar, inclusive, algumas propostas, quem dera criarmos um projeto de lei aqui no Estado de Mato Grosso para reduzir os agrotóxicos. Essa cartilha também será debatida, agora, na campanha da fraternidade 2019, cujo o tema é: fraternidade e políticas públicas e o lema é muito bonito: “serás libertado pelo direito ou pela justiça”, e que está sendo divulgado no Brasil todo e todo mundo aí ligado a CNBB vai estar trabalhando a cartilha de projetos de lei sobre a redução de agrotóxicos.

Dizer que temos uma articulação internacional também, a campanha se articula com outras organizações e países, não só os países do Brasil que tem um contexto parecido com o nosso. A Argentina, o Pignatti já falou das pesquisas em parceria nessa rede internacional de pesquisadores sobre agrotóxico, saúde e ambiente, mas a Bolívia, Paraguai, Chile, também temos se articulado com países que são centrais, que são, na produção de agrotóxicos como a Alemanha, Suíça, França, para poder discutir e planejar ações conjuntas nos campos dos agrotóxicos.

Recentemente, eu pude participar de uma reunião técnica no ano passado com a FAU, ONU e a OMS, para discutir um tratado global sobre a regulamentação de agrotóxicos. Dizer que temos atuado nesses espaços também, até porque já foi falado como que os países tem leis e normativas diferentes, um produto que já está proibido em outro país e que aqui...

...s/cms...

0404au052.cms

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO – ...Um produto que já está proibido em outro país e aqui no Brasil ainda continua sendo utilizado. Então, há um documento muito importante, inclusive, para podermos conhecer é o Relatório de Direitos Humanos da ONU.

O Relatório de Direitos Humanos da ONU, não só propõe o tratado global para regulamentação, como propõe também a redução de agrotóxicos na agricultura mundial. Fizemos uma parceria, ano passado, com uma organização da Suíça para poder fazer... A Suíça que tem várias empresas que têm sedes na Suíça, produtoras de agrotóxicos, então, esses países têm muito interessante de saber se o que é produzido lá tem gerado impacto em outros países, enfim.

Analisamos no Estado de Mato Grosso, a contaminação da água potável. Nos próximos dias lançaremos um mapa interativo da contaminação de água no Brasil. Esse mapa traz, inclusive, dados de Mato Grosso, cruza com o sistema SISAGUA, Sistema de Monitoramento e Qualidade da Água. Não são dados fáceis de serem conseguidos, como o Pignatti já disse, mas a ONG Repórter Brasil e a Campanha Permanente Contra Agrotóxico estará divulgando o mapa, inclusive, para termos acesso a essas informações e poder fortalecer os nossos embasamentos nessa luta.

Temos investido em formação no campo. Como já falamos que existe uma grande deficiência de processos de informações de profissionais tanto da saúde, como agrários, engenheiro agrônomo, técnicos, mas de forma geral, da sociedade também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

No ano passado, em parceria com a Fiocruz que também faz parte da Coordenação Nacional da Campanha, realizamos um curso nacional de formação sobre agrotóxicos que reuniu pessoas do Brasil todo, de Mato Grosso participaram algumas pessoas. Esse curso foi estruturado em quatro eixos: o primeiro, dispõe da questão agrária, precisamos entender a complexidade que é agrotóxico transgênero no Brasil.

O outro eixo, dispõe sobre a saúde. Quais são os impactos toxicológicos que os agrotóxicos causam na saúde da população.

O terceiro eixo, corresponde a agroecologia. Se somos contra o agrotóxico, nós somos a favor de quê? Ele traz a agroecologia, um debate sobre a importância de políticas públicas e iniciativas que já existem no Brasil, a exemplo, da produção de arroz orgânico do MST no Rio Grande do Sul, que este ano foi 16 mil toneladas de arroz orgânico produzido. Mas, também das políticas, Política Nacional de Agroecologia e produção Orgânica, Programa de aquisição de Alimentos...

...s/cac...

0404au53.cac

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO – ... e produção orgânica, programa de aquisição de alimentos, o PA ou PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, que são políticas que incentivam a produção agroecológica e consumo do alimento saudável.

E o quarto eixo do curso é sobre comunicação. Como a companhia é um instrução de comunicação com a sociedade, o que precisamos avançar principalmente nesse contexto que vivemos agora. E temos a felicidade de ter renovado o nosso projeto com a Fiocruz e traremos para o Mato Grosso um curso de formação que vai acontecer agora, teremos uma turma de 30 pessoas em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO na campanha onde realizaremos no Estado de Mato Grosso. Estamos na fase de mapear as organizações, o campo de luta contra os agrotóxicos para poder indicar pessoas para participar desse curso de formação. Ele terá dois módulos: um, em Mato Grosso e o final, em São Paulo. Será de caráter regional, então, terão outras pessoas de Goiás, de Mato Grosso do Sul e queremos convidar Mato Grosso do Sul, Goiás, Brasília e Mato Grosso e queremos convidar os Estados de Rondônia que está mais próxima. E vamos estender o convite para garantir a participação de alguém do mandato para poder participar. Estamos produzindo um novo filme da campanha contra os agrotóxicos. Fizemos uma parceria bem linda com o Diretor Cleber Mendonça Filho, não sei se todo mundo conhece, mas um Diretor que foi premiado com aquele filme Aquarius, internacional, onde lançaremos no primeiro semestre de 2020 o novo filme da Campanha contra os Agrotóxicos pela vida que está sendo construído, mapeamos algumas experiências de iniciativa da agroecologia que aparecerá no filme e que é um instrumento mobilizador da luta também.

Gente, assim, para finalizar a minha fala e um pouco para nós abrimos para um debate também...

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Está quase alcançando o Pignati... (RISOS)...

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO – Só para dizer que esse rolo compressor do retrocesso ele também atingiu fortemente a nossa luta contra os agrotóxicos. Nós até estávamos conversando, não tem nem como dizer qual é a luta, qual é a pauta, hoje, que está sendo mais prejudicada ou que tem causado ameaça a população nesse governo que está aí.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Só para termos em mente do que encontraremos pela frente, a Bancada Ruralista, hoje, que está nesse governo, representa o que é de mais arcaico e subserviente às multinacionais. E que a pauta do PL do Veneno vai entrar no congresso nos próximos dias e a gente precisa...

s/tmr

0404au54.tmr

A SR^a FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO - e que a pauta do PL do veneno vai entrar no Congresso nos próximos dias e nós precisamos de uma grande mobilização, como fizemos no ano passado para evitar mais retrocessos e retrocessos. E é isso. E também que nós precisamos fortalecer as nossas relações, diálogos e convergências no campo da luta contra os agrotóxicos, do direito dos trabalhadores e trabalhadoras, da democracia, da segurança e soberania alimentar e harmonizarmos os nossos espaços e convergências para isso.

Finalizando mesmo eu quero convidar a Cidinha que trabalha comigo na FASE, é da FASE, mas também representa articulação nacional de agroecologia. Articulação que realizou no ano passado Encontro Nacional de Agroecologia o 4º ENA, em Belo Horizonte de onde participou uma delegação de Mato Grosso, representantes de povos indígenas, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, que se reuniu a milhares de pessoas em Belo Horizonte para defender comida de verdade no campo e na cidade.

O encontro teve um tema que era agroecologia e democracia unindo campo e cidade. O ENA foi assim o reflexo de que a sociedade tem demandado por comida de verdade e pela pauta da agroecologia que já é uma pauta irreversível. Já está aí se expressando nas feiras, que tem hoje registro no INDEC que já são hoje 141 feiras no mapa de feiras orgânicas agroecológicas do INDEC, 18.500 agricultores com certificação orgânica ou participativa no Brasil todo.

Dizer que essa luta pela alimentação saudável é real, urgente e necessária. E o encontro produziu essa carta política que a Cidinha vai entregar como uma carta de compromisso ao Deputado Lúdio Cabral com o movimento agroecológico às políticas públicas do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Obrigado, Francileia.

Francileia já está assinada a carta compromisso com o movimento agroecológico brasileiro. Lúdio Cabral, Deputado Estadual do PT, está assinando a carta no dia 04 de abril de 2019.

Se você quiser ler, Cidinha, a carta?

Pessoal, enquanto a .../drm

0404au55.drm

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) -...Pessoal, quanto a Cidinha vai para fazer a leitura, vocês vão me ajudar resolver um dilema aqui.

São 16h44min, nós dilema são 16 pessoas inscritas para falar, o nosso tempo é até as 17horas, vão pensando aí quanto a Cidinha.

A SR^a CIDINHA – Boa tarde a todos!

Como a Fran, já disse, temos essa articulação nacional de agroecologia, e nós estamos fazendo eventos em todos os Estados, no sentido de buscar apoio dos parlamentares, para que não tenhamos mais retrocesso, principalmente a legislação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Todos que me antecederam aqui, disse na questão das políticas públicas e nós que trabalhamos na promoção da agroecologia, e aqui em Mato Grosso, nós temos um grupo de intercambio e agroecologia que já tem mais de 15 anos de atuação no Estado, estamos fazendo essa conversa com os parlamentares a nível estadual. E aqui já conversando também com a nossa Deputada Federal Rosa Neide, no sentido de está fortalecendo a Bancada lá em Brasília.

Esta carta, estamos chamando de Carta Compromisso do Movimento Agroecológico Brasileiro.

O nome do Parlamentar, no caso aqui, o Deputado Lúdio Cabral, eleito pela população do Estado de Mato Grosso, para exercer o mandato de 2019 a 2022, pelo Partido dos Trabalhadores, ele recebe da articulação Nacional de Agroecologia.

“A carta política do 4 encontro nacional de agroecologia e assume o compromisso de atuar como parlamentar com diálogo permanente, com articulação nacional de agroecologia, e aqui no Estado Deputado Lúdio Cabral, GEAS, Grupo de Agroecologia Estadual, tem os movimentos sociais que participam desse grupo.

Afirma que o mandato está atento à ameaça de retrocesso nos direitos conquistados, pelas populações que fazem parte do movimento ecológico brasileiro e pela população mais pobre do país. Bem como as ameaças de desmonte da legislação ambiental, e que irá atuar para elaborar e aprovar proposições legal que garantem e promovam esses direitos humanos e sócios ambientais, a exemplo de políticas públicas e programas para redução de agrotóxicos e de promoção da agroecológica em Mato Grosso.

Cuiabá, 4 de abril de 2019.”

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Obrigado, Muito bem, Cidinha, obrigado.

Eu me sinto horando de pode subscrever essa carta.

Bom, das falas dos palestrantes, eu tive dificuldade de fazer o controle do tempo, porque o conteúdo era importante ser transmitido. E quero dizer assim, que tem.. já anotei aqui uma quatro folhas, fora aquilo que está no conteúdo da apresentação de cada um...s/DMM

0404au56.dmm

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) -...conteúdo da apresentação de cada um, de ferramentas e de pautas que a gente tem condições de travar de tratar no âmbito da Assembleia Legislativa nessa questão de unidades de conservação, da delimitação do que é Pantanal Mato-grossense, não é só planície, é planalto também, nós discutimos isso lá em Cáceres, no final de semana. Toda questão tributária relacionado ao agrotóxico, a revisão das renúncias fiscais.

Tem um estudo que eu estou com ele aqui, que é uma monografia de conclusão de um estudante de ciência contábeis, bem detalhado isso, demonstrando que em quatro anos o volume de renúncia fiscal em Mato Grosso, de agrotóxico, está na casa de 800 milhões de reais/ano, de ICMS, isso bate com o número de um debate que eu fiz com um grupo de gestores governamentais bem no início do meu mandato que projetava um valor de praticamente um bilhão de reais/ano.

Então, estamos afunilando para essa compreensão sobre a questão tributária toda legislação relacionada aos agrotóxicos mesmo. Tem pauta. A questão da vigilância à saúde, tem pauta demais aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Mas agora vamos resolver a questão das inscrições: têm quatro pessoas na mesa e doze pessoas do plenário. Como fazemos, gente? Vamos acabar estendendo um pouco mais, mas eu vou chamar um do plenário e um da mesa, três minutos cada um no máximo. Eu vou começar a ser rigoroso na questão do tempo.

Maelison Neves, Professor da UFMT, da plenária. Retirou a inscrição; Tseredzaro, ele ainda está arrumando a apresentação; com a palavra, Márcia Montanaro, do Instituto de Saúde Coletiva. Retirou a inscrição; Reginaldo Araújo (AUSENTE); Cleber Amorim. Retirou a inscrição; Professor Luan Oliveira. Retirou a inscrição; Herman Oliveira, Secretario Executivo do FORMAD.

O SR. HERMAN OLIVEIRA – Boa tarde a todos!

Apenas a título de complementação, a questão do entorno das terras indígenas, nós temos uma resolução no CONSEMA que estabelece uma área de amortização de dez quilômetros. Agora nós estamos em discussão, existe uma frente dentro do CONSEMA que quer alterar para menor, para baixo essa área de amortização...

...S/TAN

0404au57.tan

O SR. HERMAN OLIVEIRA - ...que quer alterar para menor, para baixo essa área de amortização e que difere, obviamente, da questão das áreas de amortização de impactos de agrotóxicos nas áreas urbanas. Essa área de amortização não é só para utilização de agrotóxico, senão para todo e qualquer empreendimento no entorno de terras indígenas. Esse é um ponto. E o outro ponto também para contribuir com o debate é que formadi a cerca de dois, três anos atrás, durante a discussão do plano estadual de agricultura familiar fez uma proposta ao Governo anterior, no sentido de criar áreas livres de transgênicos e livres de agrotóxicos, obtivemos essa resposta no começo desse ano, quase dois, três anos depois dessa protocolada essa carta na SEAF e na Casa Civil. Então se continuarmos caminhando dessa maneira, mesmo as propostas de avanços no sentido de construir uma pauta de agroecologia, de territórios onde a saúde humana e saúde ambiental sejam contempladas também não avançarão. Temos propostas também, reforçando aquilo que foi dito pela Fran.

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Maravilha, Herman. Muito obrigado. Luciana, psicóloga, representando área técnica da saúde mental da Secretaria Estadual de Saúde.

A SR^a LUCIANA GOMES DE SOUZA - Lúdio, Deputado, na sua pessoa eu quero cumprimentar todos nessa mesa e dizer que esse é um momento bastante importante.

Temos que te agradecer, porque o Brasil está vivendo em condição de risco absoluto. Como o nosso professor Pignatti disse, é a questão do agrotóxico é um problema de saúde grave. Condições com suicídios, que tem tido índices aumentados no país, aumentado em áreas com maior utilização do agrotóxico, doenças como câncer no trato gastrointestinal tem sido também aumentado, vinculado à questão do consumo com esses produtos. Então, tem uma pergunta que precisamos fazer, será que para produzir e alimentar a população nós precisamos matar essa mesma população? É isso que nós estamos fazendo.

E aí, Fran, a proposta de vocês é exuberante e eu gostaria de fazer um adendo no eixo 6, porque enquanto podia ouvi-los, as questões que afetam a saúde, as questões, por exemplo, eu queria falar com o Dr. Rafael, como a doença mental que muitas vezes se faz com sintomas que não conseguimos atrelar na pesquisa por falta de incentivo a demonstrar que pessoas passam a desenvolver transtornos psicótico, que em sua maior parte...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

...s/cms...

0404au058.cms

A SR^a LUCIANA GOMES DE SOUZA – ...pessoas passam a desenvolver transtornos psicóticos, que em sua maior parte, embora acham que não incuráveis, elas começam a não mais poder produzir pelo trabalho e tem sua vida produtiva interrompida. Não é possível que possamos avançar nessa lógica do agrotóxico em detrimento de uma agroecologia.

Aí, Deputado, não conseguimos fazer isso sem recurso. A grande questão do Eixo 06, eu penso, seria agregarmos que toda possibilidade de produção tenha como condição o atrelamento de recurso financeiro para a pesquisa em saúde, para pesquisa da proteção da vida, a partir das universidades. Que esse recurso seja destinado ao cuidado em saúde e à pesquisa, a partir do Eixo 06, como vocês mesmo propõe aqui nesse exuberante documento que precisa ser valorizado e levado à frente pela sociedade e para que a gente possa continuar vivo.

Não é possível que tenhamos que matar a população para poder alimentá-la. Nós somos mais inteligentes do que isso. Era isso, muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Muito obrigado, Luciana.

Com a palavra, a Marília Canelutti, Diretora do Instituto Floresta.

A SR^a MARÍLIA CANELUTTI – Boa tarde! Em nome do Professor Pignati, é um prazer reencontrá-lo, cumprimento aqui a mesa.

Também quero cumprimentar o Deputado Lúdio Cabral, por esta iniciativa de trazer essa discussão aqui para dentro da Assembleia Legislativa.

Também tenho algumas coisas para complementar. Primeiro, que não foi colocado a questão da entrada ilegal de agrotóxicos no Brasil, principalmente, no Estado do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Numa pesquisa feita, a maior entrada desse... Chamamos de agrotóxico pirata, está na divisa entre o Mato Grosso do Sul e o Paraná, vindo do Paraguai.

Eu venho de uma região, morei 20 anos em Alta Floresta, agora mudei para Cuiabá, lá sentimos bem de perto os impactos da produção do uso agrícola, do agrotóxico.

Se você conversar com os agricultores, é sujeito ter mais agrotóxico irregular nas propriedades...

...s/cac...

0404au59.cac

A SR^a MARÍLIA CARNHELUTTI - ... é sujeito a ter mais agrotóxico irregular nas propriedades do que um que está pelo menos passando pela legalidade. Até uma vez eu comentei com alguém, esse assunto foi interessante, gente. Eles falaram assim: “Mas Marília, aqueles que vêm do Paraguai deve ser mais fraco, não é? Deve ser melhor, não é causa, não é?” (RISOS) Então, gente, pior de tudo que foi falado aqui é que tem muito produto sendo usado por agricultor que ele não sabe o que tem dentro do vasilhame.

Então, é um assunto sério, grave! Também quero falar em nome da sociedade civil, que a legislação do Estado quando foi substituído pelo Decreto nº 1.651, de 2013, que reduziu para 90 metros em todas as situações acima a distância da aplicação do agrotóxico, eu acho que técnico, agrônomo, quem trabalha na área sabe que 90 metros não inibe em nada a questão da contaminação dos rios. Nós estamos diante de um absurdo! Isso tem que pensar, urgentemente, antes de rever. Eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

não entendo como, Deputado, que uma Lei Estadual pode ser menos restritiva do que a Lei Federal, porque na legislação isso não pode acontecer. Como que o Estado conseguiu fazer isso pela legislação?

Em relação ao que foi falado da quantidade da receita, do receituário agrônomo eu já estive algum tempo conversando com um pesquisador da EMBRAPA Floresta de Curitiba, ele veio participar de um seminário em Cuiabá, já faz um tempo isso e ele falou assim: “Que ele ficou boquiaberto em ver as quantidades de estavam sendo aplicadas nos receituários no Estado de Mato Grosso.”. Porque no Paraná já tinha avançado para muito menos há muito tempo! Há muito tempo já estava o Estado do Paraná reduzindo, diminuindo... E ele ficou impressionado com os receituários e do que vem dentro, o que já foi falado aqui, desse pacote que o produtor compra. Então, às vezes o produtor nem...

s/tmr

0404au60.tmr

A SR^a MARÍLIA CARNHELUTTI - ... desse pacote que o produtor compra. Então, às vezes, o produtor nem ele tem opção de escolha, mas existe um pacote pronto e é um pacote que é grave. Então, eu digo: Claro que somos a favor da produção. Mas dá para produzir com mais saúde, com mais qualidade no alimento, pensando também no ser humano, com menos impacto ao meio ambiente.

E já, por último, quero dizer que eu estou como Conselheira do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável, é uma ONG que trabalhamos 19 anos lá na região norte do Estado.

E o Conselho, Deputado, tem também alguns instrumentos que podem auxiliar na questão dentro sua competência. Eu quero falar o que fala a competência do CONSEMA.

No item 3, da competência, das atribuições do Conselho Estadual de Meio Ambiente fala: “Aprovar normas regulamentadoras do ponto de vista da proteção ambiental e da saúde pública, da legislação relativa ao uso, transporte e comercialização de produtos tóxicos ou perigosos.”

E tem uma outra questão, que quase nunca ninguém fala aqui. Olha só que interessante, gente, CONSEMA, o item 9º, das atribuições aqui do Regimento: “Determinar, em grau de recurso, a perda ou restrição de benefícios fiscais, concedidos pelo Poder Público estadual ou municipal em caráter geral ou condicional e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de créditos estaduais devendo solicitar ao Conselho Nacional – o CONAMA – identifica providências junto aos órgãos e entidades federais quando comprovadamente se verificarem transcrições das normas legais vigentes.”

Eu quero falar de um caso de sucesso, só que foi comentado num seminário lá em Alta Floresta inclusive foi a Jocelita, técnica do IBAMA, que é nossa colega, que se colocá-la e o professor Pignatti na mesma Mesa é muito bom de ouvir, a Fran, e todos que falaram aqui, eu mesma fiquei encantada com o grau de científico dos nossos palestrantes, de conhecimento de causa. Então, nós temos um caso aqui no Mato Grosso, que a Promotoria de Justiça de Primavera do Leste, por meio de uma ação .../drm

0404au61.drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a MARÍLIA CARNHELUTTI-..... Então, temos um caso qui em Mato Grosso, a Promotoria de Justiça de Primavera do Leste, por meio de ação civil pública, ela proibiu o município de aplicar a lei estadual que reduzia os limites de segurança. Então, nós temos um caso de sucesso aqui que pode ser copiado.

É isso, parabéns todos pelo evento. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Marília, muito obrigado, você trouxe informações novas, bastante importantes.

Depois me passa a questão da normatização do CONSEMA, para ficar mais fácil. Mas assim, só para responder uma questão que você colocou em relação aos limites, tem alguns caminhos para tratar o decreto. Primeiro é sustação dele por desrespeito a norma geral, ou meio de Decreto Legislativo, não é uma tarefa simples conseguir maioria, mas é um dos caminhos.

Outro caminho é propor, na legislação, está acima do decreto, a definição de outros limites, que não limite atual, retomar o limite anterior. Além de outras preposições legislativas que tende a levar adiante, a partir da discussão de hoje, uma delas é esse debate sobre a proibição da pulverização aérea no nosso Estado, porque não provocar esse debate aqui dentro da Assembleia Legislativa, por meio de um Projeto de Lei? Estou doidinho para fazer isso! (RISOS)

Mas vamos lá, Munir Said analista da SEMA.

O SR. MUNIR SAID - Boa tarde.

Cumprimento a mesa, em nome do Deputado Lúdio Cabral, e saúdo a todos e também em particular, Promotor Daniel, que em resposta essa situação provocativa, eu fui uns analistas que esteve à frente das notificações de Diamantina, da APA. Como foi realmente bem tratado algumas coisas, eu quero fazer as considerações que em termos de fiscalização, aonde eu estou lotado na fiscalização de empreendimentos, que pega entre tantas coisas, também nos cabe a análise das questões de agrotóxicos e a possibilidade de contaminações.

E com relação à legislação, quesito contaminação nos cabe, de acordo com as normas, de acordo com o decreto 6514, sobre crimes ambientais, a prova dessa contaminação...s/DMM

0404au62.dmm

O SR. MUNIR SAID -...Decreto 6514, sobre crimes ambientais, a prova dessa contaminação. Ela deveria ser pontual, mas eu faço pontuação, como o Professor Pignati disse, indisponibilidade laboratorial de comprovação disso, em campo.

Então, nós técnicos, a nossa análise também caberia uma estrutura de hora em um Estado com esse porte de aplicação, não poder contar com imediata análise de solo residual e sabemos que as aplicações de agrotóxicos são em muito nos momentos de maiores pluviosidades, ou seja, os rios e os córregos estão caudalosos, o registro de diluição é muito grande. É difícil a disponibilidade. A responsabilidade administrativa que cabe a nós em termos do decreto, para valer disso, nos torna muito difícil nesse cumprimento.

Eu também ressalto que a análise de solo, o que se trata de solo também, fala muito da questão das águas e também do solo, porque se nós tivermos uma análise residual, porque a diminuição, ou o trabalho político para diminuição de aplicação ela é extremamente relativa, porque na prática nós sabemos que pode... A situação de possível burlar essa situação, as misturas de agrotóxicos na aplicação, as aplicações noturnas pode estar acontecendo, mas se você partir do princípio de uma análise residual por propriedade, você também pode listar. Ressalto também o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

trabalho do professor Pignati, Campo Verde, uma bela cidade, e é aqui perto, tem intensos plantios de algodão, soja, entre outros, que como todas as outras cidades, tem uma situação de aplicação de agrotóxico. Ressalto que a cidade de Campo Verde ela é servida de água subterrânea, são onze poços subterrâneos. Estivemos lá, fazemos parte da fiscalização da parte de licenciamento em relação às águas de Campo Verde, isso foi preocupante, em particularidade preocupante, a análise da qualidade da água, são onze poços que fornecem água para a cidade. Isso é o que eu ressalto.

Finalizo...

...S/TAN

0404au63.tan

O SR. MUNIR SAID -...Isso é o que eu ressalto e finalizo com relação a APA também, é uma situação não só da APA, como de outras áreas de preservação; na fala do Promotor Daniel, que realmente são áreas antropizadas anteriormente, são centenas de anos, onde houve uma sobrevivência em relação, tanto na mineração, que logo passou para a pecuária, da pecuária se estabilizou, só que nós temos uma situação que chama atenção, particular do Estado, onde as áreas de pecuárias estão fazendo a transição para agricultura, certo? Então, essa mobilização deve ser política, deve partir da casa administrativa, para ter a atenção em relação às áreas que fizeram a transição de pecuária, o gado está indo para os confinamentos e a seja adentrando, chama a atenção tanto para APA como também as áreas mais próximas de Nobres, Bom Jardim, que adentrou a essas áreas de soja e não podemos esperar as consequências acontecer, certo!

No mais, agradeço a oportunidade, ressalto o trabalho de todos aqui presentes e mais do que isso, como o cargo não é público, o cargo é público e não me pertence, eu faço na responsabilidade de ter, em nível, hoje, como fiscal ambiental, analista e fiscal ambiental, em estar acompanhando, se houver modificação cabe ressaltar a fala do Promotor Daniel, como nós chegamos lá e falamos, o que pode acontecer nesse primeiro momento da notificação? E ele, informalmente falou, vamos mudar o decreto e foi o que aconteceu. Ele já tinha dito anteriormente, então, vamos acompanhar o que puder mudar, mas para ter bola de cristal, mas informalmente ele falou, vai modificar, isso para mim serviu uma experiência muito grande pelo fato de ter acontecido, ou seja, previsto essa possibilidade. Então, a colega com relação à parte Legislativa, eu acho que é muito importante, tanto federal, como estadual e que desse embate como cidadão eu quero acompanhar de perto para que essas emendas ou leis que possam surgir não tenha as emendas que possa desfalcar o que realmente é de mérito de importante para isso. Muito obrigado a todos.(PALMAS)...

...S/CMS...

0404au064.cms

O SR. MUNIR SAID – ...é de mérito e importante para isso. Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Muito bem, Munir, obrigado.

Voltamos para a mesa. Renan, você quer fazer uso da palavra? Renan Tomazzelli, é Coordenador de Defesa Sanitária Vegetal do INDEA, dispõe de 3 minutos.

O SR. RENAN TOMAZZELLI – Beleza, obrigado.

Boa tarde, cumprimento a mesa, agradeço o Deputado pelo convite para compô-la; também agradeço todos vocês presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Essa temática do agrotóxico sempre reúne, isso é interessante, em todos os lugares deste Estado onde vamos, quando o assunto, desde o nosso Fórum que é aqui na capital e os do interior também, sempre reúne as pessoas, isso é muito importante, mostra que todos estão atentos as discussões e se preocupando com a temática.

Na verdade, a minha fala é mais pontual, eu só quero comentar algumas coisas devido ao tempo. Primeiro, que a fiscalização do agrotóxico, a saúde falou primeiro, a SEMA falou depois e agora eu, do INDEA, é isso mesmo.

A fiscalização do agrotóxico é um tripé. Então, primeiro, saúde, não precisa ser dessa maneira, mas saúde, a própria defesa vegetal, que é a sanitária, que é onde entra nós, o INDEA e o meio ambiente. Então, isso precisa funcionar da melhor maneira possível.

O INDEA, qual é a competência dele? A fiscalização do uso do produto, ou seja, a sua eficiência do produto agrícola, como ele é aplicado e se ele está fazendo aquilo que é sua função, cuidando das suas culturas. A partir do momento que eu tenho uma intoxicação, a partir do momento que eu tenho uma deriva, ou seja, uma má aplicação, uma falta de cuidado, de zelo, isso interfere nos ecossistemas, isso é um problema da saúde.

A partir do momento que eu tenho a intoxicação das pessoas em volta, a partir do momento que eu afeto uma vila, uma área, isso é problema da saúde. Então, isso é dividido em três áreas. As responsabilidades precisam ser divididas em três áreas.

Bom, o INDEA, o qual faço parte faz, hoje dentro do Estado do Mato Grosso, fiscalização em média de 10 mil propriedades rurais. As propriedades são visitadas.

O professor foi muito feliz na fala dele, é impossível você colocar um fiscal por propriedade rural, é impossível! Só que hoje temos percebido que existe uma conscientização em relação a própria temática e precisamos, isso eu chamo vocês que participam das ações, que participam dos trabalhos, que acompanham os fóruns, o INDEA tem 140 escritórios locais. As 140 unidades do INDEA estão lá justamente para que você cidadão...

...s/cac...

0404au65.cac

O SR. RENAN TOMAZELI - ... estão para que você, cidadão, acesse-as, para que você leve onde encontrar um erro de aplicação, onde você encontrar uma deriva, onde você encontrar uma dificuldade ou até o próprio esclarecimento daquilo que está acontecendo ao seu redor com relação ao agrotóxico. Daquilo que for de competência do INDEA, nós estaremos lá. São 140 só, só não tem em um município, que é São Pedro da CIPA, mas que é próximo a Jaciara e Jucimeira, então, pode fazer o atendimento na proximidade e nos outros municípios estamos presentes.

Só para eu finalizar, com relação ao que foi dito pela Sr^a Marília. Sr^a Marília, você foi muito feliz na sua fala. O sistema regulatório de agrotóxico, quando conseguimos saber de onde veio esse produto, de onde foi esse produto, é agrotóxico fiscalizado, nós conseguimos saber qual é o efeito, o que pode acontecer e qual o impacto disso. E agrotóxico que não é e está no processo regulatório? O que faremos com isso? E a preocupação nossa é muito grande, por quê? Porque eu tenho produto hoje apreendido dentro do Estado de Mato Grosso do norte ao sul, do leste ao oeste produto ilegal que não sabemos o que faremos com ele, por quê? Onde eles estão? Eles estão apreendidos como fiel depositário do produtor rural, eles estão apreendidos dentro das revendas, porque elas têm a boa vontade de guardar esse produto porque é o único local que tem registro para guardar o produto. E nós não temos onde deixa-lo! Então, temos dentro do Estado do Mato Grosso,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

hoje, onde o INDEA apreende o produto, encaminha o processo administrativo, encaminha isso para a polícia, porque isso não é caso de defesa, isso é caso de polícia. Encaminha isso para a polícia, o processo continua, mas e o produto? E eu pergunto a vocês: quantas delegacias de polícia tem agrotóxico contrabandeado e estocado junto com os escrivães, junto com os Delegados? Quantas unidades tem produtos guardados aguardando julgamento, aguardando... Esse produto tem que ser destruído, tem que ser dado um destino e hoje nós temos essa dificuldade. Nós precisamos registrar isso e precisamos organizar como vamos faremos essa destruição. Se é a cargo da pessoa que foi apreendida, se terá um local para fazer essa destruição, porque o produto regular, o agrotóxico regular, quando vence na propriedade rural, ele retorna para a indústria. A indústria tem a responsabilidade, ela busca o produto na propriedade rural e leva isso de volta para a indústria. Agora, e o produto irregular? Não tem responsável.

Então, é mais um ponto, Deputado. Nós estamos em fase de implementação, foi o que o doutor lembrou. Nós estamos em fase de implantação do nosso sistema, é o Sistema de Defesa Vegetal do Estado de Mato Grosso – SISDEV, isso foi construído em várias mãos, não só foi o INDEA, mas foi uma iniciativa do próprio Ministério Público...

s/tmr

0404au66.tmr

O SR. RENAN TOMAZELI-- ... isso foi construído em várias mãos, não só foi o INDEA, mas foi uma iniciativa do próprio Ministério Público, foi feito um TAC. E a partir deste TAC nós construímos a ideia do sistema. Como o sistema funciona?

O SISDEV é tudo aquilo que é comercializado de agrotóxico, tudo aquilo que é utilizado, que à propriedade rural e tudo aquilo que é devolvido de embalagem vazia. Então, o INDEA a partir do momento da implementação que acontece, está acontecendo, estamos em fase de implantação, temos até agora 30 de abril que é a nossa data limite para começar a utilizar realmente esse meio de fiscalização, ou seja, toda propriedade rural tem um cadastro dentro do Estado do Mato Grosso.

Hoje o produtor rural, para comprar e adquirir o agrotóxico, precisa ter cadastro no INDEA. Se ele comprar fora disso ele está irregular. Então, nós sabemos o que ele compra, quantidade que é adquirida, principio ativo que é adquirido, e quando ele faz a devolução da embalagem vazia. E é interessante registrarmos de que todas as entidades que participam, ou seja, desde sindicato dos produtores, desde as associações de produtores, desde os sindicatos e também associações de revenda, do comércio, da própria indústria, todos eles são a favor do sistema e estão participando dessa implementação.

Em relação ao decreto, é a última, prometo, que fala das distâncias. Hoje não tem legislação federal para distância, a única coisa que tem a instrução normativa do mapa para a pulverização aérea. Para a pulverização terrestre, nós não temos.

O Estado do Paraná que foi citado pela Marília, a distância é de 40 metros; o Estado do Mato Grosso adotou 90, na época. Na verdade, quando veio a discussão com relação às distâncias, porque existe um único estudo que foi apresentado, que foi um estudo que falava que a pulverização é de 45 metros. Então, gente, se nós vamos fazer uma discussão novamente da distância é necessário levantarmos a base científica, levantar a técnica e unir a técnica, ou seja, a universidade, chamar os profissionais para discutir qual é essa distância, se existe um estudo dessa distância que é realmente eficiente para se colocar. Então, quando nós fizemos o levantamento, foi

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

para 90, porque o 45, com o 45, chegava no 90, nós multiplicamos aquilo que tinha, que chegou até o órgão.

E é muito preocupante, Deputado, quando falamos de suspender o decreto. Então, se vamos pensar em suspender o decreto, temos que pensar o seguinte; Nós temos que olhar que ele regulamenta outras coisas. Então, vem uma dificuldade nesse ponto.../drm

0404au67.drm

O SR. RENAN TOMAZELI...então, vem uma dificuldade nesse ponto, me preocupo e com certeza preocupada a minha equipe que está sentada ai.

Quando falamos em suspender o decreto, quando eu volto para outro decreto, ou volta para um decreto anterior, você tem algumas coisas que não contemplam mais, então, se for acontecer qualquer mobilização desse tipo, é preciso tomar cuidado, porque as vezes fazemos uma coisa, e desfaz umas 30. Por exemplo, esse decreto, construído em cima dele de 1651, a instrução normatiza do armazenamento de agrotóxico. Então, dependendo daquilo que for revogado, você perde, a instrução que regula hoje todo o armazenamento de produtos, embalagens cheias, não estou falando em embalagens vazia, embalagem cheia em todo comercio do Estado de Mato Grosso, em toda propriedade rural de Mato Grosso, que não tinha, que nós construímos em 2016, o INDEA construiu em 2016.

Então, muito cuidado, precisamos de muito zelo para discutir esse assunto e lógico, estamos à disposição, nossa equipe técnica está à disposição e quando tiver a discussão, estaremos presentes, com certeza.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Maravilha, Renan, obrigado.

Passo a palavra agora ao Tseredzaro, três minutos.

O SR. TSEREDZARO - Bom, eu quero falar, como eu trouxe a imagem do MAPA que foi tirado, só para localização, esse é o nosso mapa do Xavante, tem tudo ali, as nossas terras.

Dizer que não dá para relatar os problemas que nos trazem isso. Eu fui Presidente da Associação dos Xavantes, como continuo membro associação. E começamos a luta pelo empreendimento, acompanhamos a expansão do agronegócio. Falando da expansão do agrotóxico, que estamos falando, para nós entendermos agrotóxico e dependendo do volume, do veneno, continua veneno, se é menos ou mau é veneno para nós.

Lembrando que o Pignati, falou é assustador, mas antes de me esquecer, agradecer à mesa que nos trouxeram toda essa informação, esse é o último, companheiro e os também e os presentes aqui acompanhando a nossa luta.

E aí, continuando, continua o veneno para nós, não tem nenhuma diferença, tudo isso nós vemos também em nome do progresso isso está indo, está desrespeitando o nosso direito...s/DMM

0404au68.dmm

O SR. TSEREDZARO -... está desrespeitando o nosso direito. Isso aí fere, desrespeita a nossa Constituição Federal. Nós não temos direito, como estamos falando, nos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

municípios, como sempre faço em Campo Verde. Eu me pergunto, pessoal que está morando aqui, e aí para o mundo desenvolvido, Primavera do Leste é a cidade que está mais crescendo, mas a custo do que? Eu fico me perguntando, esse pessoal que está morando em Campo Verde, como eles estão vivendo? Será que tem dinheiro, quando adoecerem, será que tem dinheiro para a saúde pública? Tem dinheiro para agrotóxico, para expandir o agronegócio. Cadê a preocupação do nosso Governo para que quando adoecesse fosse tratado? Será que está acompanhando? Esse é um desrespeito. Como garantimos o futuro de nossa geração? Isso é agressão total. Independente de estudo científico que o último companheiro falou e que me alegrou também. Parabéns! Está aqui lutando, mas eu peço se tem possibilidade de lavar essa discussão nas nossas bases, que fazemos parte disso, sofremos agora. Atualmente presenciamos a deficiência, câncer, os nossos velhos não aguentam e estão morrendo. Tem aborto acontecendo, porque agrotóxico é veneno e não é o que nos ataca, é o que nós respiramos, todos os animais que comemos eles estão respirando. Então, o mundo está se acabando, o nosso. É desrespeito total para nós e os nossos rios onde pescamos e que bebemos, que tomamos banho. Eu vejo tudo isso, o nosso povo indígena como um todo, os quilombolas, comunidades tradicionais, considero também mesmo os urbanos estão expostos, desrespeitaram o nosso direito e nós estamos bem vulnerável mesmo, total, precisamos de uma avaliação, por exemplo, do nosso povo Xavante, eu precisaria fazer isso, eu queria isso lá. Os aviões estão passando...

...S/TAN

0404au69.tan

O SR. TSEREDZARO - ...os aviões estão passando, depois que jogar o veneno, passa bem perto assustando as nossas crianças ainda sentimos cheiro. Então, isso nós precisamos recorrer, onde recorrer isso com o nosso povo, enquanto povo Xavante, agora, eu imagino os outros povos, parentes de Mato Grosso como das comunidades tradicionais quilombolas, nossa, isso é muito sério, que nós precisamos continuar bem firme mesmo. Só peço que essa questão, que a gente leve na nossa terra, que todo mundo escute, fique ciente, porque como eu digo; produção rápida com o agronegócio, que está nos iludindo, com agronegócio é um dinheiro rápido, está nos iludindo, mas só que você perde muito mais rápida a vida, muito mais que produção.

Com a expansão do agronegócio também nem chega para nós a comida nas nossas mesas, não é para nós, então, temos que fortalecer e produção agroecológica. É isso, Muito obrigado.(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Muito bem, Tcherezaro, bom demais ouvir sua fala, disse tudo da forma mais simples.

Passar a palavra agora, Inácio Werner, Fórum de Direitos Humanos, Elen Luiza, estudante da UUFMT, professor Jackson; Sandra Maria Neto, acabou de sair, foi para casa junto com o Sr.Nério; Cleber Amorim, pediu a fala depois.

O SR. CLEBER AMORIM - Um minuto, tá, Lúdio? Primeiro, parabenizar o Deputado e a equipe, por ter construído esse espaço de discussão, parabenizar a cada um de nós que estivemos aqui até essa hora, dada a importância do tema, que se mostrou de grande importância, pela quantidade de pessoas, inclusive em pé aqui, parabenizar o meu ex professor Vanderlei Pignatti, do qual eu me orgulho também de ter sido o seu aluno e com o qual tive, há uns 2 ou 3 anos, num Fórum de discussão de saúde na Universidade Federal de Mato Grosso, onde eu estive como supervisor do programa mais médicos e lá ele já mencionava o seu trabalho...

...s/cms...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0404au070.cms

O SR. CLÉBER AMORIM – ...estive como supervisor do Programa Mais Médicos e lá ele já mencionava o seu trabalho, queria encaminhar o trabalho também para a região sul, queria apoio.

Estamos à disposição, professor, para o que for necessário. Eu acho que o Jackson conversou, inclusive, com a minha esposa, no Fórum lá em Rondonópolis, há poucos dias.

Acho que tudo foi dito, falarei em 30 segundos, tudo da questão técnica, tudo que é nocivo e foi bem esclarecedor. Esse Fórum foi de uma relevância muito grande com as contribuições de todos, mas acima de tudo, eu tenho certeza que as contribuições da ordem de legislação, em nível municipal, estadual e eventualmente federal, porque temos a representatividade de uma senadora da república e de uma deputada federal, a Deputada Federal Rosa Neide e a Senadora Selma. Eu tenho certeza que, diante de tudo que oi dito aqui, elas não titubearão e procurarão essas informações e votar contra o PL do veneno. Não tenho dúvida nenhuma que elas ficarão do lado da população.

Então, acho que tudo vai ser construído por meio deste fórum, Ministério Público, Assembleia Legislativa e as entidades. Só que mais importante, quero que fique tocado no coração de cada um como ficou a fala do nosso companheiro representante das comunidades indígenas, lidamos com outro lado que é de interesse econômico muito grande. Esse lado tem um poder muito grande, onde ele consegue, já foi falado isso no começo, nas falas iniciais, consegue minimizar a importância e o efeito nocivo que os agrotóxicos têm. Enfim, de influências políticas, por meio da informação na imprensa.

Precisamos, e aqui é a minha contribuição, eu sou médico, moro em Rondonópolis, trabalho em Pedra Preta, inclusive, deixo, estou na direção, na gestão lá no hospital em Pedra Preta. Deixo à disposição também para qualquer trabalho de formação da nossa equipe.

Eu conversei antes com meus companheiros para poder falar isso, mas é uma região muito afetada pela plantação, pela soja, pelos efeitos nocivos de tudo isso. Em nome da população, para que possamos reverter, ou combater esse poder econômico, essa influência econômica que o outro lado exerce, precisamos disso que foi dito. Essa informação que muitos temos nós tivemos aqui, precisa chegar na casa das pessoas mais simples.

De que forma eu não sei, vamos ter que pensar em formas e mecanismos para que essa informação chegue...

...s/cac...

0404au71.cac

O SR. CLEBER AMORIM - ... em formas, em mecanismos para que essa informação chegue com uma linguagem simples. Essa audiência é fundamental, os fóruns de discussão, como houve em Rondonópolis, são fundamentações, as reuniões de conselhos de saúde e de meio ambiente são fundamentais, mas a população comum ela não participa dessas discussões. Nós precisamos fazer com que essa informação chegue até lá.

Eu deixo como uma contribuição, uma sugestão, trazer, tem a representante da Secretaria, mas trazer os pólos, os escritórios regionais de saúde para dentro desses fóruns e criar talvez um mecanismo em forma de legislação, não sei... ou só de mobilização, o que a saúde possa levar, porque por exemplo, os agentes de saúde são pessoas que estão muito próximos das pessoas. Eu sei que a minha categoria é um pouco complicada, mas as entidades médicas, diante de tanto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

problema de saúde pública, oncológicos, endócrinos, acho que as entidades médicas também devem participar dessas discussões, porque elas tem também mecanismos de chegar também nessa população mais carente.

Então, é isso. Só para parabenizar todo mundo, mas nós refletirmos: de que forma podemos alcançar as pessoas mais simples. A universidade tem um papel fundamental nisso e eu sei que a Universidade Federal de Rondonópolis, a UFMT e agora a UFR, também na minha região pode contribuir muito, porque tem muita gente com muito potencial.

Obrigado. (PALMAS)

(A SR^a LIZANIL PATROCÍNIO DIALOGA DA PLATEIA COM A MESA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Por favor, Sr^a Lizanil, vá na tribuna falar ao microfone...

Depois eu vou chamar a professora Márcia para fazer uma fala e o Sr. José Luis, da FETAGRI para encerrarmos a audiência pública, tá bom?

A SR^a LIZANIL PATROCÍNIO – Sr. Cleber, para responder. Então, eu coordeno o núcleo de desenvolvimento de extensão e desenvolvimento territorial e nós temos ido em algumas comunidades rurais para fazer um trabalho extensionista. Inclusive, agradeço muito o apoio do Ministério Público Federal do Trabalho e o grupo do Professor Pignati, que ele ainda não nos acompanhou, mas sua equipe sempre está nos acompanhando. E quando voltamos no sítio, na semana que vem nós vamos em algumas propriedades rurais que eu já estou levando a assessoria do Deputado Lúdio Cabral para conhecer a realidade, quando chegamos eles falam assim: “eu ouvi, entendi, mas não consigo fazer da forma como foi instruído lá na escola.”. Então, é muito importante, Sr. Cleber, estarmos junto das comunidades. Acho que não funciona muito nós fazermos dentro da universidade...

s/tmr

0404au72.tmr

A SR^a LISANIL PATROCÍNIO - ... Cleber, estamos junto das comunidades. Acho que não funciona muito nós fazermos dentro da universidade, que é um custo muito maior do que nós irmos para a comunidade rural, principalmente, as comunidades quilombolas, Dr. Daniel, do Ministério Público, que já passou por Juara, um Promotor muito comprometido, muitas comunidades quilombolas hoje estão cercadas pela produção da agromorte. Eu não vejo muito como que essas comunidades vão continuar se reproduzindo, Deputado Lúdio Cabral, se não houver instrumentos, mecanismo efetivamente de, no mínimo, aplicação da lei. Todos que passaram por aqui, quem fiscaliza, o próprio Ministério Público, está muito claro na fala de todo mundo as limitações e as que cabem a nós, dos movimentos e das universidades uma pressão, seja na Assembleia Legislativa, seja nos órgãos de controle. Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Obrigado, professora Lisanil, da Universidade do Estado do Mato Grosso.

Com a palavra, a Professora Márcia.

A SR^a MÁRCIA MONTANÁRIO - Boa tarde!

Vou ser bem breve. Queria agradecer essa oportunidade, esses espaços de discussão que ampliam essa possibilidade de discutir o tema, que é tão complexo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu queria dizer que no nosso grupo de pesquisa, nós temos andado por esse Estado deslumbrando situações impactantes, descobrindo também, que esse processo todo de contaminação que acontece no Estado, também é estruturado como uma forma de invisibilização, principalmente nas instituições.

Eu quero falar a respeito da questão da saúde do nosso Estado. Nós temos vivenciado todo esse processo que vem acontecendo no Município de Cuiabá, mas também vêm acontecendo com os hospitais regionais no interior do Estado do Mato Grosso, essa ausência de uma política de saúde séria e comprometida, realmente, com a saúde da população, com as causas de adoecimento da população desse Estado. Isso tem nos colocado numa situação de bastante gravidade.

O Renan falou a respeito do INDEA, somos 141 municípios, nós infelizmente não temos o INDEA nos 141 municípios, mas não temos a vigilância de saúde do trabalhador instituída em todos os municípios do Estado de Mato Grosso e nem a vigilância em saúde ambiental.

A Secretaria de Estado de Saúde está completamente precarizada, acabei de conversar com uma colega que é fiscal sanitária, que/drm

0404au73.drm

A SR^a MARCIA MONTANÁRIO -...acabei de conversar com uma colega que é fiscal sanitária, que estava aqui na audiência, ela me falando que esse ano elas não vão realizar o Para Estadual aqui no Mato Grosso, não vão realizar a coleta regular de alimentos aqui no Estado, por quê? Não veio o recurso financeiro do Ministério da Saúde, e eles também não têm técnicos para realizar esse processo de coleta.

Então, isso é uma estruturação também da invisibilização você deixa de realizar concurso público, precariza as relações de trabalho nas instituições, e impede que as pessoas trabalhem, e assim a não tem como nós monitorar os dados. Além disso, temos a questão do LACEN, que não tem realizado essas análises, sempre temos que contratualizar com laboratórios de fora, sendo temos um laboratório central aqui, no Estado que poderia está realizando, tem equipamento, tem técnico capacitado. Por que? Porque não se faz isso.

Nós temos uma situação alarmante, fizemos uma análise recente de alimentos na região do Juruena, vou falar um pouco a respeito dessa análise, mas nós encontramos mais de 40 tipos de ingredientes ativos nos alimentos, de agrotóxicos diferentes nos alimentos, que consumimos todos os dias. Em apenas uma das mostras nós encontramos mais de 14 tipos diferentes.

E aí vem outra questão, que é a questão, que também retoma a invisibilização, que é não autorizados para cultura, o que sempre falo, o perigo de estarmos consumindo aquilo que hoje está autorizado para o algodão, mas que está sendo aplicado no alface, ou que está vindo por deriva, para o alface, para a couve e está chegando a nossa mesa, e aí retomamos a questão da distância.

Quer dizer, a produção em larga escala, nesses territórios, inviabiliza a produção local de alimentos. Você não consegue produzir alimentos nesse território, tudo tem que vir de fora e o pouco que se consegue em determinado período está altamente contaminado.

Então, é uma situação de visibilização, precisamos utilizar esses espaços para falar a respeito disso, que tem impactado seriamente a saúde da nossa população.

E buscar instrumentos, buscar formas de cobrar do Executivo um posicionamento mais sério com relação a isso, com relação a vigilância da saúde, aos agrotóxicos no nosso Estado, que é um projeto que desde 2010 vem sendo protelado, vem sendo discutido e nunca sai do papel.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, assim, precisamos de um olhar para a saúde deste Estado, um olhar com bastante cuidado mesmo, porque nós realmente estamos precisando disso.

É isso, outra coisa também, só para pontuar a respeito da... Uma outra coisa que nós temos encontrado, Renan, nas nossas pesquisas, a concomitância de vários ingredientes ativos nas mesmas amostras...s/DMM

0404au74.dmm

A SR^a MÁRCIA MONTANÁRIO -...é a concomitância de vários ingredientes ativos nas mesmas amostras e aí eu retomo aquilo que já conversamos no Fórum, a respeito da Guia de Aplicação dos Agrotóxicos, que é um instrumento que o INDEA utilizava, de fiscalização, para verificar quais foram os ingredientes ativos aplicados, o horário de aplicação, as condições climáticas, a temperatura, vento e tudo mais e que hoje já não é mais obrigatório o proprietário, o fazendeiro preencher essa Guia de Aplicação, ele não é mais utilizado como instrumento de fiscalização, e nós precisamos, porque nós estamos encontrando muitos agrotóxicos que interagem e potencializam a ação quando são consumidos. Então, é uma demanda também que o INDEA pode articular.

Muito obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Obrigado, Márcia!

Registro a presença do João Luiz Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso; Domingo Braun, Presidente da Associação Ecológica do Meio Ambiente do Município de Jaciara, que estava até há pouco; todos os servidores, professores, docentes, alunos do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT.

Com a palavra, José Luiz, representante da FETAGRI.

O SR. JOSÉ LUIZ - Boa tarde a todos e todas!

Quero ser bem breve, cumprimentar toda a mesa.

Parabenizar, primeiramente, o nosso Deputado Lúdio Cabral por propor esta Audiência Pública. É muito importante, muito valioso este debate, este debate coletivo em prol, em defesa da saúde dos trabalhadores.

Nós, da FETAGRI, em nome da FETAGRI, vejo com muita preocupação a aplicação dos agrotóxicos. Como viajamos bastante, fazendo visita às fazendas, não é só também os municípios, as cidades que são afetadas, mas também temos fazendas no Estado de Mato Grosso, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Querência e outras regiões, fazendas que são verdadeiras cidades, aonde é aplicado há 30, 40 metros, o defensivo é aplicado, sem regras nenhuma, de qualquer maneira. Então, vimos tentando, de muitas formas, coibir que seja aplicado dessa forma. Inclusive atuando junto com o Ministério Público do Trabalho, onde de vez em quando chega a nós para fazermos visitas a determinado local, inclusive ontem aconteceu, no Município de Sapezal, o nosso Sindicato estava lá presente, fazendo vistoria junto com os técnicos lá do Sindicato, para averiguar...

...S/TAN

0404au75.tan

O SR. JOSÉ LUIZ-...junto com os técnicos do sindicato, para averiguar se de fato estava acontecendo aquilo que o trabalhador tinha exposto na denúncia. Então, vimos com muita preocupação. Parabenizar mais uma vez por esse debate a todos e todas, em nome da direção da FETAGRI. Obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – Muito bem, Zé Luiz, obrigado, de coração.

São 20 minutos para às 18 horas. A Fran, estou embananado com o seu nome, viu, hoje, Meu Deus, que é tanto veneno em nossa cabeça que ficamos desorientado.

Fran, por favor, faça o convite que você iria que fazer.

A SR^a FRANCILEIA PAULA DE CASTRO – Só para finalizar e dizer que, essa estratégia da implantação de territórios livres de agrotóxicos, a fase, que é uma ONG aqui no Mato Grosso, trabalhou com agroecologia já tem mais de 50 anos no Brasil e, estamos trabalhando agora; conseguimos aprovar um projeto, no último ano, junto ao Fundo Amazônia e ao BNDES, para assistência técnica e extensão rural para 350 famílias, né? Robson, me ajuda, meu colega da fase. No Mato Grosso, na baixada cuiabana, nos Municípios da baixada cuiabana e na região sudoeste, Cáceres, Mirassol, e iniciamos já esse trabalho, de junto às comunidades, nós vamos estar realizando, agora, no próximo mês; articulamos numa rede de troca de sementes crioulas e faz o monitoramento da contaminação dessas sementes por transgênicos, porque essas comunidades estão localizadas próximas a fazendas que produzem milhos transgênicos principalmente.

Nós vamos estar realizando na comunidade quilombola do chumbo, aqui em Poconé, no próximo 18 e 19 de maio, uma atividade que aliás o nome é lindíssimo, se chama Muxirum Troca de Sementes Crioulas, para quem é cuiabano da região, e queremos convidar, inclusive, Lúdio, para o pessoal participar lá, dessa atividade, considerando essa denúncia, e coloco à disposição, a pesquisa que temos realizado no Estado, com alguns estudos de caso sobre territórios livres de agrotóxicos, uma metodologia, inclusive, para construir. Isso.(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - Maravilha, Fran, obrigado.

Assim, quero agradecer de coração ao Dr. Raphael, ao Dr. Daniel, ao Pignati, a Fran, pela qualidade da exposição que fizeram em nossa audiência, agradecer todas as contribuições, de todas as falas...

...s/cms...

0404au076.cms

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) – ...as contribuições de todas as falas, além de estar registrado, anotei muita coisa nas minhas anotações. Vamos ter muito, mas muito trabalho pela frente, muito estudo, inclusive, para propor o que formos propor com consistência.

Afinal, é aquilo que eu havia dito no início, o tema agrotóxico nos permite debater muitas e muitas outras questões. Nos traz para o debate da correlação de forças que existe na sociedade, que movimenta a sociedade, que se reflete aqui dentro da própria Assembleia Legislativa.

Vivemos num Estado hegemônico por um setor da economia que detém 50% do nosso PIB, que é de 145 bilhões, 73 bilhões é agropecuária, que é baseado no latifúndio, na grande propriedade, na monocultura, na exportação, que é um mau sem tamanho para o nosso povo porque explora todo o nosso patrimônio natural. Coloca nos vagões dessas ferrovias aí, ou nos caminhões e vão processar lá em Rotterdam, para multiplicar por 10, 20, 30, 50, 70, o lucro de alguns pouquíssimos bilionários que se julgam donos do nosso Estado.

Fazer o debate que estamos fazendo é puxar a ponta do novelo do enfrentamento que precisamos fazer sobre de desenvolvimento do nosso Estado, que se reflete na qualidade dos serviços públicos que temos nas nossas escolas e na saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Não é por acaso que o LACEN está sucateado, não é por acaso que a SEMA não tem condições de fazer o trabalho de fiscalização, não é por acaso que todo o esforço para fazer a luta em defesa da vida é colocado na invisibilidade.

Não é por acaso, mas vamos ter muita, mas muita dificuldade de pautar todos esses temas, todos esses temas aqui. Esse debate sobre a renúncia fiscal no campo da isenção de imposto para agrotóxico, não tem lei que autoriza isso aqui no Estado, é na caneta, por decisão administrativa.

Tem um estudo aqui, tem outro estudo do pessoal que é gestor governamental, é quase 1 bilhão/ano. Se agrotóxico pagasse imposto que remédio paga no nosso Estado, nós teríamos 1 bilhão a mais de recursos financeiros/ano...
...s/cac...

0404au77.cac

O SR. PRESIDENTE (LÚDIO CABRAL) - ... nós teríamos 1 bilhão a mais de recursos financeiros/ano para poder investir em política pública de qualidade.

Então, assim, nós teremos muito trabalho, mas muito trabalho mesmo! Mas assim, é esse trabalho que queremos fazer. O nosso mandato na Assembleia Legislativa só tem sentido se for para isso, para essa finalidade, nós temos um lado, nós viemos de um caminho, nós representamos uma parcela da população do nosso Estado e é parcela que quer fazer esse enfrentamento, nosso mandato está aqui para isso.

Nós vamos ter outras oportunidades, vamos ter desdobramento de muita coisa. O pessoal que é do Estado, nós vamos buscar vocês para nos ajudar a entender muitos dos meandros de toda essa normatização que envolve essa temática. Nós vamos demandar muito os movimentos, porque assim, para alterar a correlação de forças na Assembleia Legislativa, por exemplo, para aprovar uma proposta de lei, para por exemplo, limitar a pulverização ou para proibir pulverização, não basta o Deputado Lúdio Cabral apresentar um Projeto de Lei, porque teremos que fazer um esforço de mobilização e de convencimento para fazer valer isso aqui.

Esse é só o primeiro de muitos momentos de encontro que nós faremos juntos. Obrigado mesmo todas as pessoas que estiveram aqui, que participaram, que contribuíram, que assistiram, que estão replicando o conteúdo da nossa audiência pública. E é isso, a luta está só começando.... (PALMAS)

E para cumprir a formalidade, declaro encerrada a audiência pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Taiza Antônia Noujain;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS EM
MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13H30MIN.
(TEXTO SEM REVISÃO)

- Cristina Maria Costa e Silva;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:

SEM REVISÃO